

RELATÓRIO & CONTAS INDIVIDUAIS '15





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Datas Relevantes	6
3.	Relatório do Conselho de Administração	8
	Enquadramento Macroeconómico	8
	Economia Internacional	8
	Economia Nacional	9
	Mercados	10
	Mercados Accionistas	11
	Mercado Cambial	12
	Mercados Obrigacionistas	13
	Mercado de Commodities	14
	Síntese da actividade desenvolvida	15
	Indicadores Individuais	15
	Actividade Desenvolvida	17
	Clientes Empresas	17
	Clientes Particulares	18
	Clientes Institucionais	19
	Actividade de Carteira Própria	20
	Controlo de Riscos	23
	Risco de Mercado	23
	Risco de Crédito	24
	Risco de Liquidez	24
	Risco Operacional	24
	Agradecimentos Devidos	25
4.	Demonstrações Financeiras	27
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras	33
6.	Certificação Legal de Contas	110
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	113

1. Órgãos Sociais ✦





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Luís Miguel da Rocha Barradas Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

Deloitte e Associados, SROC S.A.

2. Datas Relevantes ✦





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro – 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Ações Europa
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E
	Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de ações nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de <i>Global Clearing Member da Clearnet</i>
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco:
	Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal
	Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português
	Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros
Janeiro – 04	O Banco obtém o estatuto de <i>Trading Member Firm</i> do Euronext Lisboa
	A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro – 04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30.8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
Janeiro – 10	Primeiro lugar na league table internacional “ <i>Structured Retail Products</i> ” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Março – 10	Obtenção de <i>membership</i> do Euronext para os mercados de Amesterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro – 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,3%
Fevereiro – 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril – 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maio – 11	Lançamento de website transaccional (www.bancoinvest.pt)
Junho – 11	Lançamento de uma plataforma profissional de <i>trading online</i> – <i>Invest Trader</i>
Outubro – 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro – 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco
Fevereiro – 12	Inauguração de um Centro de Investimento no Porto, na Rua Júlio Diniz
Outubro – 12	Prémio da revista <i>Euromoney de Best Distributor for Performance of the Structured Products</i> , distinguindo os produtos emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final
Outubro – 12	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado
Janeiro – 13	O Fundo AR – PPR, gerido pela Invest – Gestão de Activos, é o fundo de alocação de activos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%)
Fevereiro – 13	Abertura da décima segunda agência de Crédito Especializado
	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Activos: o mais rentável é o fundo AR – PPR, e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas
Dezembro – 13	A oferta de fundos de investimento estrangeiros atinge os 700 fundos, geridos pelas mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.
Dezembro – 13	O rácio de solvabilidade do Banco Invest ultrapassa os 20%.
Janeiro – 14	A Invest – Gestão de Activos é considerada a sociedade gestora nacional com maior rentabilidade média, em 2013: 26,3%. Os fundos AR – Médias Empresas Portugal e AR – PPR valorizam 32,8% e 19,8% em 2013, respetivamente.
Janeiro – 14	O fundo AR – PPR regista a terceira maior rentabilidade anualizada, desde o início de 2004, entre todos os fundos de investimento nacionais.
Fevereiro – 14	Entre todos os fundos de investimento nacionais, o fundo AR – PPR apresenta a terceira maior rentabilidade anualizada nos últimos três anos.
Novembro – 14	O Banco Invest é eleito pela segunda vez o Banco Mais Rentável, na categoria Médio ou Pequeno Banco. O prémio é atribuído pela Revista Exame num estudo exclusivo realizado pela Informa D&B e Deloitte.
Fevereiro – 15	O Banco Invest ganha o prémio de ‘Best Distributor for Performance’ atribuído pela <i>Structured Retail Products</i> , do grupo Euromoney. Este prémio baseia-se na análise dos produtos estruturados emitidos na Europa, distinguindo os produtos do Banco Invest como os mais rentáveis para o cliente final, na região do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália). Está é a segunda vez que os produtos estruturados do Banco Invest são destacados pela <i>Structured Retail Products</i> , após a obtenção do mesmo prémio em 2012.
Setembro – 15	O Banco Invest é considerado o Private Banking que mais cresceu em Portugal no ano de 2015 pela conceituada Global Banking & Finance uma revista líder mundial na área financeira online.
Novembro – 15	A International Banker, umas das principais fontes de análise financeira da banca internacional, atribuiu ao Banco Invest o prémio “Best Investment Bank Portugal 2015”.

3. Relatório do Conselho de Administração ✧





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

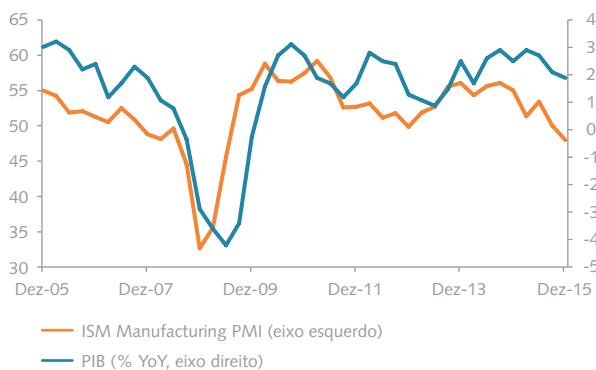
Economia Internacional

As perspectivas para o crescimento económico global deterioraram-se ao longo de 2015, consequência do abrandamento mais acentuado do que o esperado das economias emergentes e da lenta recuperação do investimento e da produtividade nas economias avançadas. De acordo com a generalidade das estimativas oficiais, a economia mundial deverá crescer cerca de 3% em 2015, bem abaixo da média dos últimos anos. As políticas monetárias favoráveis nas economias avançadas e os baixos preços das matérias-primas deverão, contudo, permitir uma aceleração da actividade global em 2016 e 2017, com a evolução das economias emergentes, em particular da chinesa, a constituir a grande incerteza em 2016.

Estados-Unidos

A actividade económica nos Estados-Unidos mantém uma trajectória de crescimento positiva. No quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 1,0% em cadeia (anualizado), e de 1,9% em termos homólogos, com o consumo privado, nomeadamente das famílias, como principal motor de crescimento. O índice de actividade económica *ISM Non-Manufacturing*, apesar da queda no mês de Dezembro, mantém-se acima dos 55 pontos, reflectindo a perspectiva positiva dos gestores para os próximos meses. Menos optimista tem sido a evolução do índice *ISM Manufacturing* (48,0 pontos, em Dezembro), devido à menor procura externa e apreciação do dólar (USD).

EUA: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

A melhoria sustentada no mercado de trabalho tem contribuído para a queda contínua da taxa de desemprego, para os 5,0%, no final de 2015. Esta melhoria no emprego, aliada ao aumento do rendimento das famílias proporcionado pela queda dos preços da energia, tem contribuído para a recuperação da confiança dos consumidores, que se encontra perto do seu valor máximo desde 2007.

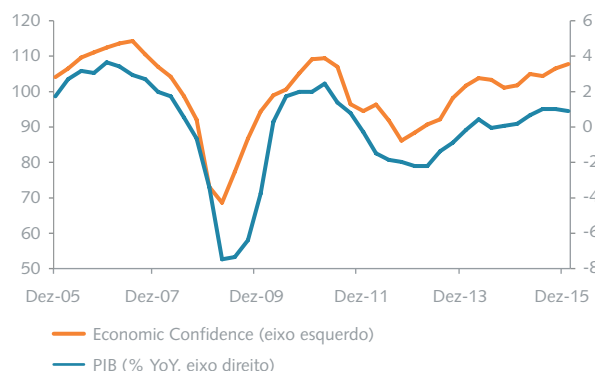
Ao nível dos preços, a queda das matérias-primas e a apreciação do USD têm funcionado como importantes forças deflacionistas e mantido a taxa de inflação abaixo de 1,0%. Contudo, excluindo os custos com alimentação e energia, a variação dos preços manteve-se estável, em torno dos 2,0%.

A economia norte-americana mantém-se, pois, relativamente sólida. De acordo com as últimas estimativas oficiais, a actividade é esperada crescer 2,5% e 2,6% em 2015 e 2016, respectivamente. O contributo do consumo das famílias e a melhoria do investimento, deverão continuar a contrabalançar o impacto da apreciação do USD nas exportações.

Zona Euro

O PIB real na área do euro aumentou 0,3% no quarto trimestre deste ano. Em termos homólogos, a variação foi de 1,5%, com a confiança das empresas e dos consumidores a suportar a recuperação da actividade. Com efeito, o contributo da procura interna tem vindo a aumentar progressivamente, reflectindo os baixos custos de financiamento, o aumento do património líquido e do rendimento disponível das famílias, num cenário de recuperação do emprego e diminuição dos custos com energia. Por outro lado, o consumo público deverá começar a recuperar no próximo ano, considerando as orientações orçamentais menos restrictivas esperadas para o próximo ano. Neste cenário, a taxa de desemprego manteve a trajectória de recuperação, diminuindo para os 10,4% em Dezembro, um valor já não visto desde o final de 2012.

Zona Euro: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

As perspectivas para o contributo da procura externa são, porém, mais fracas do que em previsões anteriores devido, em larga medida, ao abrandamento das economias emergentes e em desenvolvimento e à menor intensidade do comércio internacional. Ainda assim, a forte depreciação do euro nos últimos meses tem permitido ganhos de quota de mercado, com o ritmo de crescimento das exportações a exceder o da procura externa.

Por sua vez, a taxa de inflação permanece em níveis extremamente baixos (0,2%), mesmo quando excluídos os custos com energia e alimentação (0,9%). Apesar da recuperação do consumo e da procura interna, o processo de desalavancagem do sector privado continua a obstruir a transmissão da política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na medida em que as condições de concessão de crédito continuam, em geral, restritivas em muitos países da zona euro.

De acordo com as mais recentes previsões oficiais, o PIB real deverá aumentar 1,5% em 2015, e acelerar ligeiramente para 1,7% no próximo ano. A manutenção da liquidez abundante e do euro fraco deverão permitir a subida progressiva da taxa de inflação, para os 0,5% em 2016.

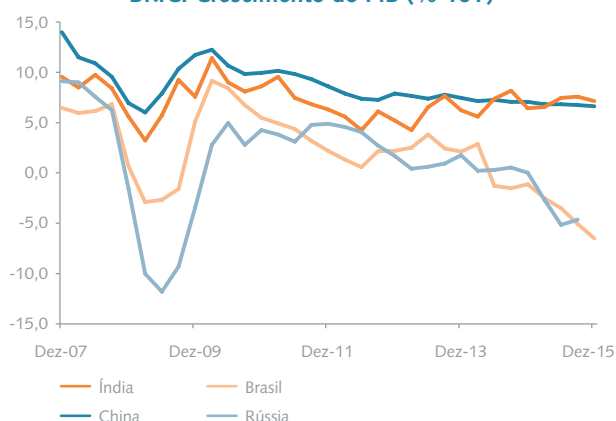
Países Emergentes

A evolução das economias emergentes e em desenvolvimento é actualmente o principal foco de incerteza para a economia mundial. O rebalanceamento da economia chinesa, de um modelo económico com o crescimento baseado nas exportações para um modelo com o crescimento sustentado pelo consumo interno, constitui um risco acrescido para o crescimento global. Um abrandamento mais acentuado do que o esperado da procura interna na China poderá afetar a confiança nos mercados financeiros e, dessa forma, comprometer as perspectivas de muitas outras economias, tanto emergentes como avançadas.

As economias emergentes, em geral, encontram-se ainda ensombradas pelo início da subida das taxas de juro nos Estados Unidos, pela depreciação ocorrida nas respectivas moedas, e pela acentuada queda dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo. Não sendo semelhante o impacto destes efeitos para todas estas economias, as mais afetadas têm sido, naturalmente, as produtoras de matérias-primas (eg., Brasil e Rússia). Pelo contrário, as economias asiáticas importadoras de petróleo (Crude), como por exemplo a Índia, são potencialmente beneficiadas.

Deste modo, previsões de crescimento diferem muito entre o conjunto destas economias. Em termos médios, os países emergentes deverão crescer 4,0%, em 2015, e acelerar para os 4,3%, em 2016. Pela negativa, destacam-se o Brasil e a Rússia, com contracções de 3,8% e 3,7%, em 2015, e de 3,5% e 1,0%, em 2016, respectivamente. Na liderança permanecem a China a Índia com 6,6% e 6,9%, em 2015, e 6,3% e 6,3%, em 2016.

BRIC: Crescimento do PIB (% YoY)



Fonte: Bloomberg

Economia Nacional

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa deverá terminar o ano de 2015 com um crescimento real de 1,5%. O ritmo da recuperação económica tem sido relativamente moderado, sobretudo quando considerada a severidade da contracção dos últimos anos (cerca de 7% entre o máximo de 2011 e o mínimo de 2013). A desaceleração ocorrida no segundo semestre é, pois, vista como temporária, consequência da menor procura interna e das exportações, reflectindo o menor crescimento da procura global.

Evolução do PIB Nacional



Fonte: Bloomberg

Para os próximos anos, o Banco de Portugal (BdP) projecta a continuação de um ritmo de recuperação gradual, reflectindo ainda a necessidade de ajustamento dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro. Em linha com o observado nos últimos anos, as exportações deverão apresentar um crescimento robusto (3,3% e 5,1% em 2016 e 2017, respectivamente), reforçando a tendência de transferência de recursos produtivos para os sectores económicos mais expostos à concorrência internacional. Por seu turno, a procura interna continua condicionada pelo processo de desalavancagem das famílias e empresas não financeiras. A procura interna, que em 2015 deverá crescer 2,4%, é esperada aumentar 1,8% e 2,1% em 2016 e 2017, respectivamente.

Neste quadro, os desequilíbrios externos acumulados no passado mantêm a tendência de recuperação, com o saldo da Balança Corrente e de Capital a manter-se acima dos 2% do PIB, nos próximos dois anos.

Projeções do Banco de Portugal: 2015-2017

	Pesos 2014	2015	2016	2017
Produto Interno Bruto	100,0%	1,6%	1,7%	1,8%
Consumo Privado	65,9%	2,7%	1,8%	1,7%
Consumo Público	18,5%	0,1%	0,3%	0,1%
FBCF	14,9%	4,8%	4,1%	6,1%
Procura Interna	99,6%	2,4%	1,8%	2,1%
Exportações	40,0%	5,3%	3,3%	5,1%
Importações	39,7%	7,3%	3,6%	5,6%
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,4%	2,5%	2,3%
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6%	1,7%	1,3%
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor		0,6%	1,1%	1,6%

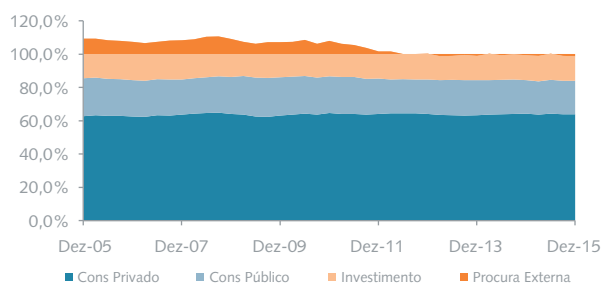
Fonte: Banco de Portugal, Relatório de Inverno 2015

À semelhança do verificado no conjunto da área do euro, também em Portugal persistem reduzidas pressões inflacionistas. A manutenção de uma taxa de desemprego ainda elevada (12,2%, em Dezembro), conjugada com o fraco crescimento dos salários e diminuição dos preços dos combustíveis, têm estado na base da baixa taxa de inflação, que em 2015 deverá fixar-se nos 0,6%. Para 2016 e 2017, contudo, o BdP espera uma subida gradual deste valor, espelhando a recuperação da economia nacional, para os 1,1% e 1,6%, respectivamente.





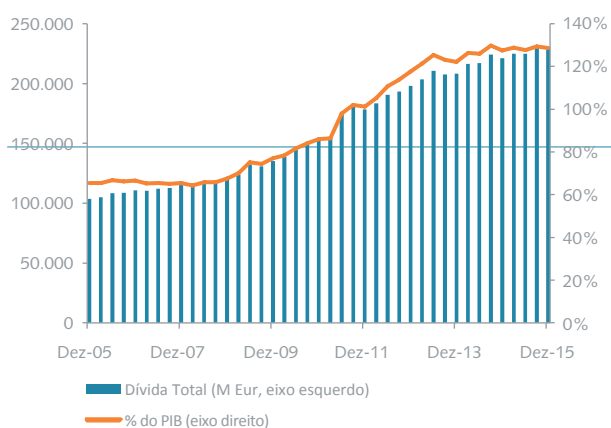
Composição do PIB



De acordo com a Direção-Geral do Orçamento (DGO), no período de Janeiro a Dezembro de 2015, o saldo das Administrações Públicas, apurado na óptica da Contabilidade Pública, situou-se em -4,6 mil milhões de euros, cerca de 500 milhões de euros abaixo da meta fixada no Orçamento do Estado inicial. Considerando o período homólogo, este saldo registou uma melhoria de 2,6 mil milhões de euros, explicada pelo efeito combinado da diminuição significativa da despesa (-2,4%) e do aumento, em menor proporção, da receita fiscal (0,8%).

Por sua vez, o saldo global da Administração Central e da Segurança Social ascendeu a -5,1 mil milhões de euros (-7,1 no período homólogo de 2014), enquanto o saldo primário foi excedentário, no valor de 2,6 mil milhões de euros. Até Dezembro passado, a receita total ascendeu a 69,6 mil milhões de euros, com um crescimento de 0,2%, face ao período homólogo, e a despesa total caiu 2,5%, para os 74,8 mil milhões de euros. Considerando o valor do PIB nacional no final do ano, este défice da Administração Central e da Segurança Social ascendia a 2,9%, um valor em linha com o objetivo governamental para o final de 2015.

Dívida Pública Portuguesa



Indicadores Económicos

	2015	2016	2017
Varição PIB			
Economia Mundial	3,1%	3,4%	3,6%
EUA	2,5%	2,6%	2,6%
Japão	0,6%	1,0%	0,3%
Zona Euro	1,5%	1,7%	1,7%
Taxa de desemprego			
EUA	5,3%	4,8%	4,7%
Japão	3,4%	3,3%	3,3%
Zona Euro	11,0%	10,5%	10,2%
Portugal	12,3%	11,3%	10,6%
Investimento			
EUA	3,9%	5,4%	5,7%
Japão	0,6%	0,8%	1,2%
Zona Euro	2,1%	2,6%	3,4%
Portugal	4,8%	4,1%	6,1%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)			
EUA	0,1%	1,2%	2,2%
Japão	0,8%	0,8%	1,8%
Zona Euro	0,0%	0,5%	1,5%
Portugal	0,6%	1,1%	1,6%
Consumo Privado			
EUA	3,2%	3,0%	2,2%
Japão	-0,8%	1,4%	-0,3%
Zona Euro	1,7%	1,8%	1,8%
Portugal	2,7%	1,8%	1,7%
Consumo Público			
EUA	0,4%	0,6%	0,8%
Japão	1,1%	0,5%	0,6%
Zona Euro	1,2%	1,1%	1,0%
Portugal	0,1%	0,3%	0,1%

Fonte: FMI (Jan-16), OCDE (Nov-15), Banco de Portugal (Dez-15)

Mercados

Durante 2015, a atenção dos investidores esteve centrada nos Bancos Centrais e na evolução da economia chinesa e das commodities. No último trimestre, na Zona Euro, o BCE anunciou a extensão do programa de *Quantitative Easing*, até Março de 2017, e a manutenção da taxa de refinanciamento nos 0,05%. Esta medida desapontou os analistas, que esperavam a descida da taxa de refinanciamento para 0%, facto que proporcionou uma reacção negativa por parte dos mercados accionistas. Por sua vez, nos Estados-Unidos, a Reserva Federal (FED) subiu a taxa de juro de referência em 0,25% para os 0,50%, o que constituiu a primeira subida de taxas desde 2006. O petróleo terminou o ano nos USD 39/barril, penalizado pelos receios de abrandamento da procura, em particular da economia chinesa.

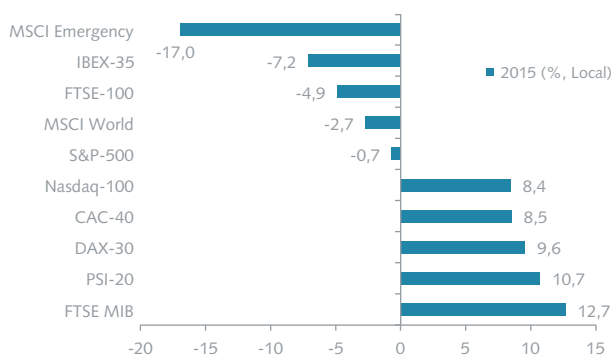
Mercados Accionistas

No quarto trimestre, o índice de referência S&P-500 subiu 6,5%. Contudo, esta recuperação não chegou para evitar a queda de 0,7% no ano, a maior desde 2008, ano em que o índice desvalorizou 38,5%. Apesar de ter atingido um novo máximo histórico no primeiro semestre, este índice acabou o ano negativo, conduzindo a um aumento de volatilidade na segunda metade do ano. A divergência entre a política monetária da Reserva Federal Americana (FED) e a dos restantes Bancos Centrais, bem como os receios de um abrandamento da economia chinesa conjugados com a entrada em recessão de várias economias emergentes, muito dependentes da exploração e exportação de matérias-primas, levaram a um aumento da incerteza nos mercados accionistas mundiais e, por conseguinte, à subida do índice VIX.

A volatilidade foi igualmente dominante nos mercados accionistas europeus. O índice Dax-30 que durante o primeiro semestre alcançou os 12.390,75 pontos, novo máximo histórico, fechou 2015 nos 10.743,01 (+9,6%, desde o início do ano). Por sua vez, o EuroStoxx-50 fechou o ano a valorizar 3,2%, e o índice Stoxx-600 acabou a subir 6,8%, ambos distantes dos 12,7% registados pelo Italiano FTSE-MIB. Pela negativa, destacaram-se os índices inglês FTSE-100 que caiu 4,9%, devido à grande desvalorização das empresas de matérias-primas que compõem o índice, e o espanhol IBEX-35 que fechou o ano cair 7,2%.

Relativamente aos índices globais, o MSCI World fechou o ano a desvalorizar 2,7%, e o MSCI Emerging Markets caiu 17,0%, devido à desaceleração das economias emergentes que o compõem.

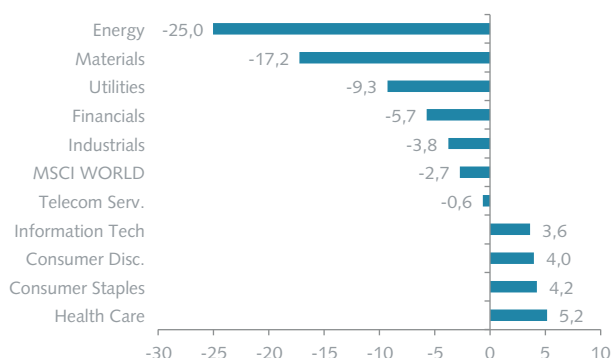
Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

Sectorialmente, a nível global, a maioria dos sectores tiveram uma performance negativa em 2015, com destaque para os sectores da Energia e Materiais que caíram 25,0% e 17,2%, respectivamente. Estes foram e continuam a ser pressionados pela queda do preço do barril do petróleo e restantes matérias-primas. Pelo contrário, os sectores da Saúde (+5,2%), do Consumo Básico (+4,2%) e do Consumo Discricionário (+4,0%) foram as melhores indústrias em 2015.

Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais

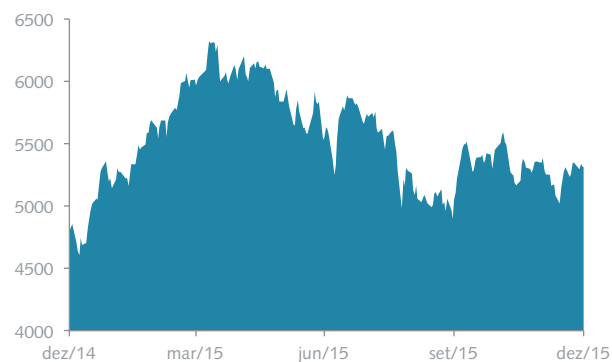


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, 2015 foi um ano igualmente volátil, tendo o índice valorizado 10,7%. O ano ficou marcado pelas eleições legislativas e a incerteza em relação à formação do novo governo, pelos danos colaterais da queda do universo BES e pelas movimentações no sector da banca, com a OPA falhada do CaixaBank ao BPI e a queda do Banif. Este último foi o tema de Dezembro, com o Banco de Portugal a decidir-se pela medida de resolução de modo a proteger os depositantes e detentores de dívida sénior. Tal como aconteceu com o BES em 2014, o Banif foi dividido em "Banco Bom" e "Banco Mau", com o primeiro a ser vendido ao Banco Santander Totta por €150 milhões. Assim sendo, o índice PSI-20 viu reduzido o número de constituintes para 17, esperando-se em 2016 a inserção de novos membros.

Desta forma, o ano caracterizou-se por uma elevada dispersão de rentabilidades. Pela positiva destacaram-se as ações da Altri SGPS (+92%), da Jerónimo Martins (+44%), NOS SGPS (+38%) e da EDP Renováveis (+34%), no mesmo período. No extremo oposto encontram-se, a Pharol (ex-Portugal Telecom) (-69%), a Teixeira Duarte (-56%), o grupo Impresa (-40%) e a construtora Mota-Engil (-28%).

Evolução do Índice PSI-20

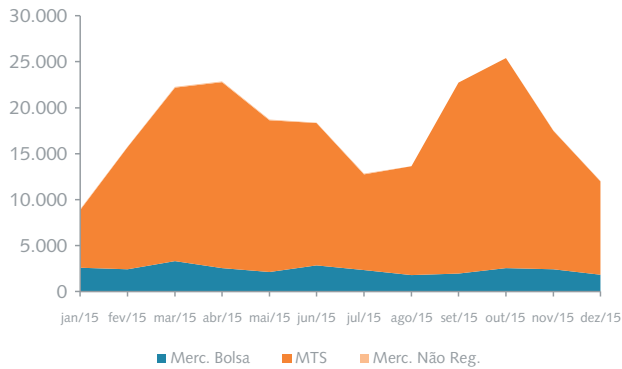


Fonte: Bloomberg

O valor de transações no mercado secundário a contado totalizou 29,1 mil milhões de euros em 2015, menos 29,5% do que no ano anterior. Os mercados regulamentados continuaram a ser responsáveis pela quase totalidade do montante transacionado, com um valor de 28,8 mil milhões de euros. No MTS Portugal, o volume transacionado sobre títulos de dívida totalizou 193,3 mil milhões de euros, o que compara com os 66,2 mil milhões registados em 2014 (+192%).



Evolução do Volume de Transações no Mercado Secundário

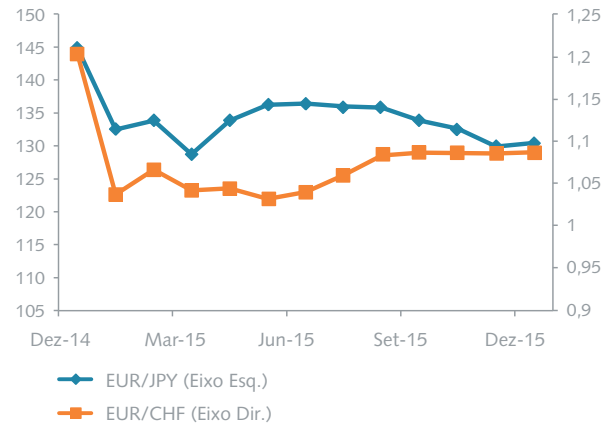
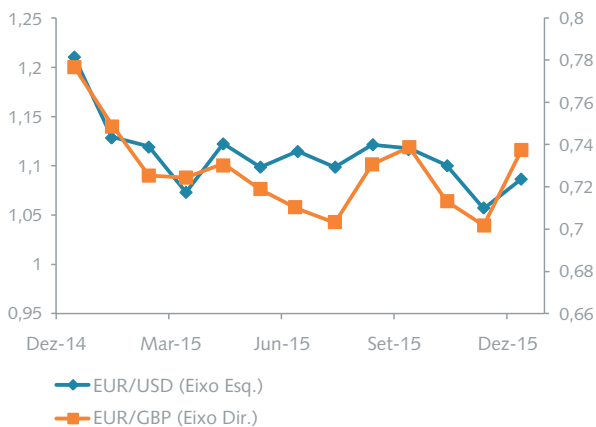


Unidade: Milhões de euros. Fonte: CMVM

Mercados Cambiais

No último trimestre, verificou-se uma apreciação de 2,8% do USD face ao EUR, com o EUR/USD a fechar o ano nos 1,086. No acumulado do ano, o EUR perdeu 10,2% face ao USD, registando o segundo ano consecutivo de perda. Para este movimento, muito contribuiu a divergência de políticas monetárias dos respectivos Bancos Centrais. Em relação à Libra Esterlina (GBP), o EUR/GBP fechou o ano com uma depreciação de 5,0%. Tal como a FED, espera-se que o Banco de Inglaterra inicie o processo de subida de taxas de juro. Face à moeda nipónica (JPY), o euro depreciou cerca de 9,8% em 2015, para os JPY 130,47. Por último, uma referência para a apreciação do CHF (+10,5% face ao EUR), após a intervenção do Banco Central Suíço no início do ano.

Evolução das Taxas de Câmbio



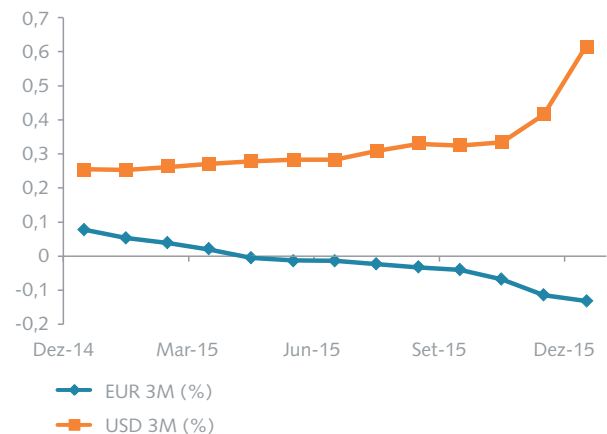
Fonte: Bloomberg

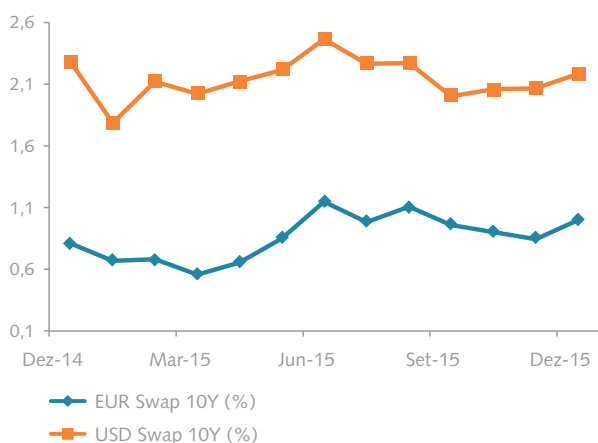
Taxas de Juro

Nos Estados Unidos, a taxa de juro a 3 meses encerrou o ano nos 0,61%, com uma subida de 36 bps face a 2014. Por sua vez, as taxas de juro para swaps a 5 e 10 anos caíram 3 e 10 bps em 2015, para os 1,74% e 2,19%, respectivamente. Mesmo com a subida de 0,25% da taxa de juro de referência, em Dezembro último, a perspectiva de um crescimento económico moderado, a nível mundial, está a impedir a subida das taxas de juro nos prazos mais longos.

Na Zona Euro, o ano caracterizou-se pelo aumento da inclinação da curva de taxa de juro, com a queda nos prazos mais curtos e subida das taxas nos prazos mais longos. O início do programa de compra de activos por parte do BCE, bem como a melhoria das perspectivas de crescimento para a Zona Euro contribuíram para a subida da taxa swap a 10 anos em 19 bps para os 1%. Em relação às taxas mais curtas, a Euribor a 3 meses fechou o ano nos -0,13% caindo assim 21 bps, enquanto a taxa de juro para swaps a 5 anos caiu 3 bps para os 0,33%.

Evolução das Taxas de Juro de CP e LP





Fonte: Bloomberg

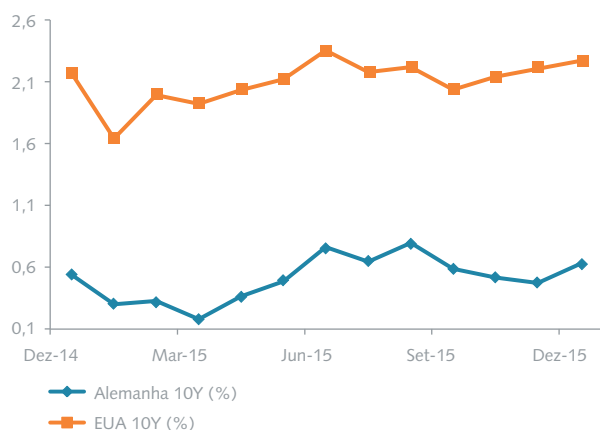
Mercados Obrigacionistas

Dívida Pública

Nos mercados de dívida pública, as *yields* dos chamados “*safe havens*” terminaram o ano praticamente inalteradas.

Nos Estados Unidos, os *Treasuries* a 10 anos fecharam o ano nos 2,24%, caindo 1 bp face a 2014. Por sua vez, na Zona Euro, os *Bunds* alemães subiram 5 bps para os 0,64%. Com o aumentar de volatilidade dos mercados accionistas em 2015, estes activos voltaram a servir de refúgio para muitos investidores.

Yields a 10 anos: Alemanha e EUA



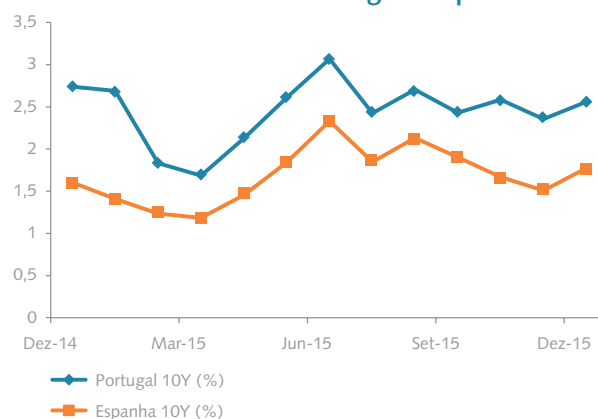
Fonte: Bloomberg

No conjunto dos países europeus periféricos o ano ficou marcado pelas duras negociações do segundo plano de resgate à Grécia e pelas eleições em Portugal e Espanha.

Face à Alemanha, os prémios de risco a 10 anos caíram em 2015, com excepção para a Espanha. Para esta recuperação contribuiu, em larga medida, o início do programa de compra de activos do BCE e a procura por *yields* mais elevadas, num cenário de taxas de juro cada vez mais baixas. O *spread* de Portugal face à Alemanha fechou o

ano nos 191 bps, menos 21 bps do que no final de 2014. Pelo contrário, o *spread* de Espanha face à Alemanha subiu 5 bps para os 119 bps. A incerteza política causada pelos resultados das eleições presidenciais, aliada aos protestos independentistas da Catalunha, foram factores decisivos para este aumento das *yields* deste país.

Yields a 10 anos: Portugal e Espanha



Fonte: Bloomberg

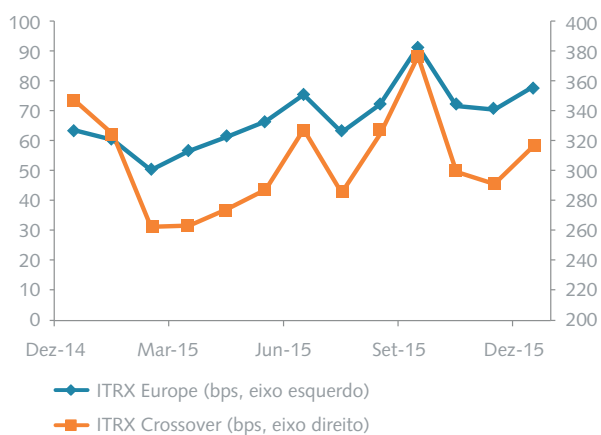
Dívida Privada

Na Europa, os *spreads* de crédito das obrigações *Investment Grade* terminaram, em média, o ano nos 77 bps, ligeiramente acima do nível do final de 2014 (+14 bps). Por sua vez, no segmento *High Yield*, os *spreads* diminuíram 31 bps, dos 346 para os 315 bps, apesar da volatilidade e aversão ao risco verificada nos mercados accionistas, em especial na segunda metade do ano.

Por sua vez, nos Estados-Unidos os *spreads* no segmento de *Investment Grade* aumentaram 32 bps, para os 157 bps, e 185 bps no segmento de *High Yield*, para os 687 bps, em média. Estes últimos foram negativamente influenciados pela forte queda do preço do barril do petróleo e consequente impacto negativo na saúde financeira do sector petrolífero, e pelos receios do abrandamento súbito da economia norte-americana.

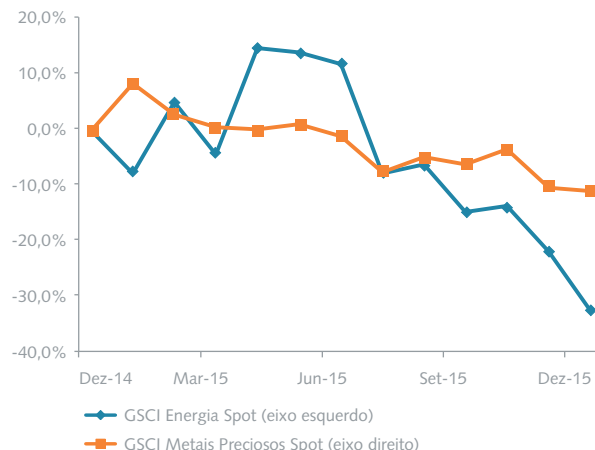


Evolução dos *spreads* de crédito na Europa

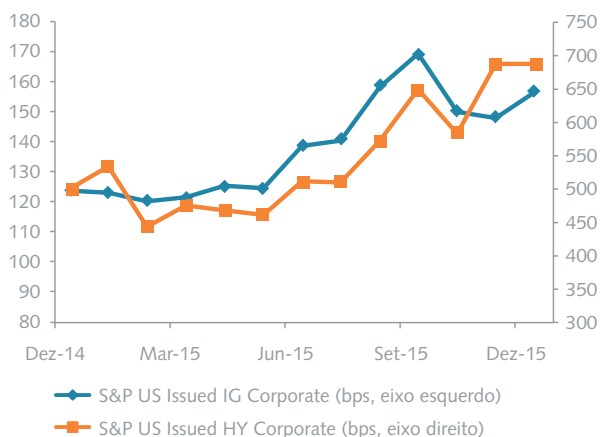


Fonte: Bloomberg

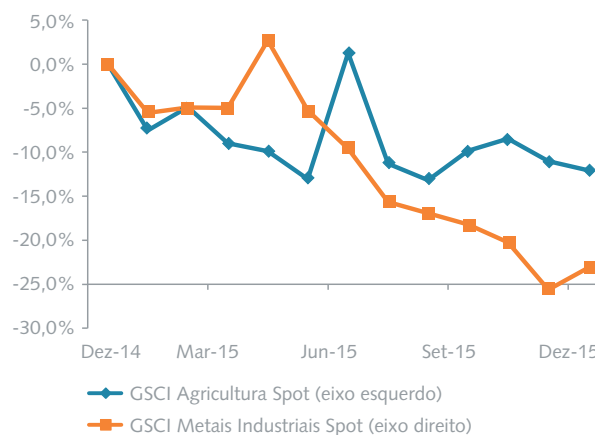
Evolução das *Commodities*



Evolução dos *spreads* de crédito nos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

Commodities

As matérias-primas registaram, em média, uma perda de 32,9%, em 2015, medida pelo índice S&P GSCI (em USD).

Na origem desta queda esteve, sobretudo, a forte descida do preço do Petróleo, cuja cotação caiu 30,5% no último ano (*Crude Oil WTI*). No quarto trimestre, a cotação do “ouro negro” desvalorizou cerca de 17,9%.

Igualmente forte foi a queda média das cotações dos produtos agrícolas, na ordem dos 12%, no ano. Esta tendência manteve-se também no quarto trimestre, com uma queda de 2,4%.

Por sua vez, os metais preciosos desvalorizaram cerca de 10,6%, e os metais industriais caíram 23,1%, estes últimos ainda muito pressionados pelo abrandamento das economias emergentes, em particular da China.

Síntese da actividade desenvolvida



Indicadores Individuais

Indicadores (Euros)	2012	2013	2014	2015
Margem Financeira	11.932.825	9.084.364	12.742.515	11.624.002
Resultados de Operações Financeiras	6.780.133	5.032.822	9.278.278	7.363.972
Comissões Líquidas	1.761.533	2.029.208	2.013.692	1.672.425
Outros Proveitos de Exploração LÍq.	-133.751	-676.575	15.927.462	3.740.281
Produto Bancário	20.340.740	15.469.819	39.961.947	24.400.680
Custos com Pessoal	-4.896.550	-4.882.233	-5.067.881	-5.396.517
Outros Gastos Administrativos	-3.283.650	-3.717.178	-4.189.981	-4.240.939
Custos de Estrutura	-8.180.200	-8.599.411	-9.257.862	-9.637.456
Amortizações	-849.082	-853.662	-705.949	-455.811
Provisões e imparidades Líquidas	-11.049.327	-11.544.658	-9.455.630	-7.539.400
Resultados antes de Impostos	262.131	-5.527.912	20.542.506	6.768.013
Provisão para Impostos	-115.631	572.518	-3.152.856	968.350
Resultados Líquidos	146.500	-4.955.394	17.389.650	7.736.363
Rendimento Integral	11.720.050	2.929.296	25.157.959	1.564.942
Crédito Concedido Líquido	187.938.668	224.208.859	178.129.831	237.845.739
Recursos Captados	549.628.695	569.800.245	542.261.985	508.458.449
Capitais Próprios	54.297.759	51.368.462	76.526.421	77.251.363
Activo Líquido	628.070.582	657.179.974	646.056.466	603.254.840



O ano de 2015, ao contrário do que se esperava, acabou por se revelar um ano difícil para grande parte da banca europeia. Apesar da melhoria registada nos rácios de capital e do ligeiro aumento da rentabilidade dos capitais próprios, o ano ficou marcado pelo nervosismo dos investidores em relação ao sector, traduzindo-se num aumento do prémio de risco, que se agudizou no final de 2015 e princípio de 2016. De facto a convergência de vários factores, nomeadamente a queda dos preços do petróleo e das *commodities*, a política de taxas de juros negativas implementada pelo BCE, os elevados níveis de crédito *non-performing*, a discriminação entre investidores resultante das medidas de resolução do Novo Banco tomadas em Dezembro e a incerteza relativamente ao impacto que Basileia III terá no capital regulamentar dos bancos, teve como consequência a revisão em baixa dos resultados esperados para a banca europeia e um aumento do risco associado ao sector.

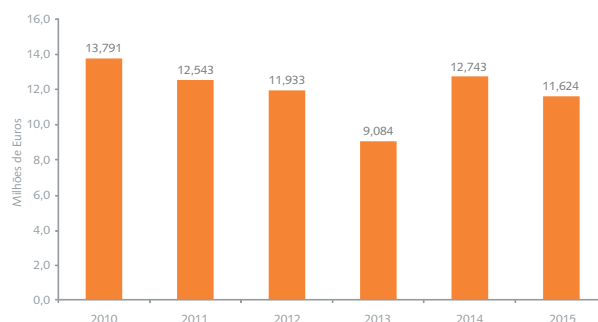
Em Portugal, à semelhança do que se verificou na Europa, registou-se uma melhoria dos resultados e dos rácios de capital dos principais bancos. Ao nível do mercado de capitais, este efeito positivo foi no entanto anulado pela incerteza gerada juntos dos investidores internacionais com a resolução do BANIF, com a decisão do Banco de Portugal quanto à transferência para o BES de alguns empréstimos obrigacionistas do Novo Banco e, por último, pelo aumento do peso dos *non-performing loans* no total das carteiras de crédito.

Apesar da conjuntura difícil, 2015 foi um ano positivo para o Banco Invest, embora condicionado pelas perdas registadas nas obrigações do Novo Banco transferidas para o BES, por decisão do Banco de Portugal de 29 de Dezembro, no âmbito da medida de resolução imposta àquele banco.

De facto, o Banco Invest registou um resultado líquido de 7,7 milhões de euros, com o produto bancário a cifrar-se em 24,4 milhões de euros, e o rendimento integral em 1,6 milhões de euros.

A margem financeira diminuiu ligeiramente (8,8%), atingindo os 11,6 milhões de euros. Esta diminuição está essencialmente associada à quebra de 22% dos proveitos de juro da carteira de títulos, totalmente explicada pela redução em 25,5% do montante investido em obrigações durante o ano 2015. Vale a pena notar que, expurgando-se o efeito da redução da carteira de obrigações, a margem financeira teria aumentado significativamente, uma vez que os proveitos da carteira de crédito aumentaram em 9% e os encargos financeiros reduziram-se em 22%. Para a redução dos encargos financeiros contribuíram, por um lado, a redução das necessidades de financiamento da carteira de obrigações e, por outro, a diminuição das taxas de remuneração dos recursos de clientes. Com efeito, merece destaque o facto do custo dos depósitos ter diminuído 13%, apesar do montante total de depósitos ter crescido 17,4%.

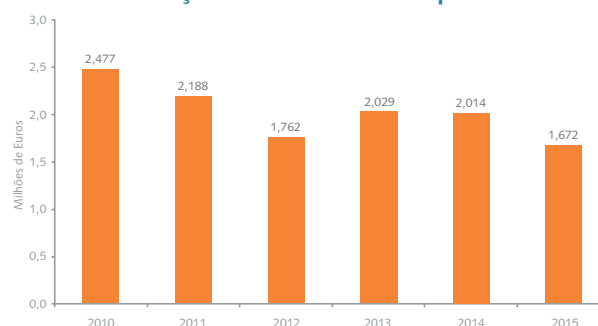
Evolução da Margem Financeira



Fonte: Banco Invest

As comissões líquidas cifraram-se em 1,7 milhões de euros, registando uma redução de 17%. Para esta redução contribuiu essencialmente a quebra de 29,5% ocorrida no valor das transacções no mercado secundário de acções a contado (Euronext), consequência do menor interesse dos investidores pelo mercado português. No entanto, o aumento do número de clientes do Banco gerou um crescimento dos proveitos associados às actividades de gestão de carteiras, custódia e distribuição de fundos de investimento.

Evolução das Comissões Líquidas



Fonte: Banco Invest

Os Resultados de Operações Financeiras totalizaram 7,4 milhões de euros, reflectindo os ganhos obtidos na gestão de risco de taxa de juro. Estes ganhos resultaram do efeito preço decorrente da descida de taxa de juro no primeiro quadrimestre do ano, após o qual o Banco reduziu a sua carteira de obrigações. O *rating* médio ponderado da carteira de obrigações é BBB, o que revela uma boa qualidade creditícia, bastante acima do risco médio português, mantendo-se reduzida a exposição a dívida pública portuguesa.

Com uma diminuição de 20%, as imparidades líquidas cifraram-se em 7,5 milhões de euros. Para este valor contribuiu significativamente a imparidade constituída nas obrigações do Novo Banco acima mencionadas, transferidas para o BES no âmbito da medida de resolução.

O Activo Líquido reduziu-se em 42,8 milhões de euros para os 603,3 milhões de euros, em consequência do já referido desinvestimento levado a efeito na carteira de obrigações do Banco.

Com um crescimento de 17,4%, os Recursos de Clientes alcançaram os 350,1 milhões de euros. O crescimento alcançado é, mais uma vez, largamente superior ao

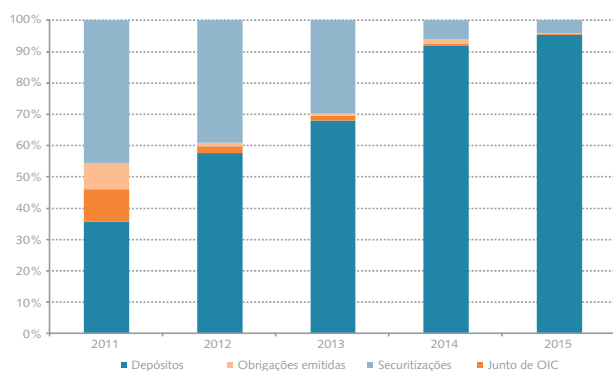


registado no sector, e é tanto mais significativo porquanto é obtido simultaneamente com uma redução do spread pago nos depósitos captados. Claramente, a dinâmica de crescimento continua a reflectir a satisfação dos clientes quanto à qualidade do serviço prestado e dos produtos oferecidos pelo Banco.

Os Recursos Obtidos junto do Banco Central diminuiram 35% para 141 milhões de euros, uma redução bastante superior ao desinvestimento ocorrido na carteira de títulos de dívida, o que reflecte a folgada posição de liquidez do Banco.

O rácio de transformação (total de crédito bruto vincendo/depósitos) aumentou para 69% em consequência do crescimento da carteira de crédito, valor que se mantém dentro das melhores práticas do sector e espelha o reduzido grau de alavancagem do Banco Invest.

Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



Fonte: Banco Invest

No final do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingiu os 13,5%. Os rácios *Common Equity Tier I* e *Tier I* fixaram-se ambos nos 13,4%. O Banco Invest continua a estar entre as instituições mais sólidas do sector financeiro nacional.

Actividade Desenvolvida

Clientes Empresas

O Banco Invest continua a oferecer às empresas nacionais produtos e serviços não padronizados, com base numa oferta mais especializada, capaz de criar mais valor para os clientes.

O elevado grau de formação e experiência da equipa de profissionais do Banco, bem como a rapidez dos processos internos de decisão, asseguram a qualidade dos serviços prestados, indo ao encontro das necessidades específicas de cada cliente.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que se têm revelado de valor acrescentado em diversas operações.

Gestão de Risco

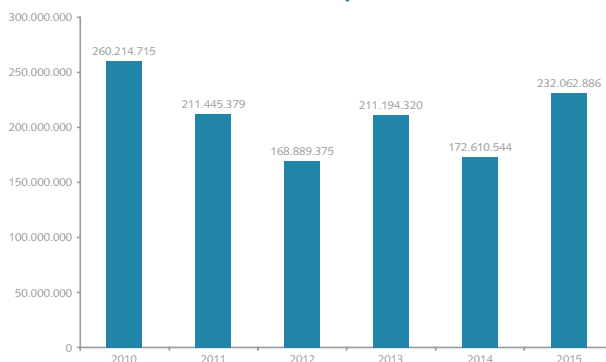
A oferta de produtos de gestão de risco para Empresas inclui coberturas de taxas de juro, de taxas de câmbio e do preço de *commodities*.

Em 2015, a perspectiva da manutenção de taxas de juro em níveis baixos por um período prolongado de tempo na Zona Euro e a forte descida do preço da generalidade das *commodities*, num cenário de elevada volatilidade, afastaram os Clientes destes produtos. Pelo contrário, a procura por coberturas cambiais manteve-se relativamente estável, tanto em termos de operações efectuadas como de volumes transaccionados.

Crédito a Empresas

O Banco aumentou a sua exposição de crédito a empresas, incrementando a carteira para 232,1 milhões de euros o que representa um aumento de 34% relativamente a 2014.

Evolução do Crédito Vincendo Actividade Empresarial



Fonte: Banco Invest

A carteira de crédito a empresas é constituída essencialmente por crédito, titulado, a empresas de média e grande dimensão e por crédito, garantido por activos imobiliários, a empresas de menor dimensão.

A carteira de crédito a pequenas empresas apresenta uma elevada dispersão, sendo maioritariamente composta por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

No final de 2015, o grau de cobertura da carteira de crédito não titulado por garantias reais situava-se nos 90%. No crédito com garantias reais, o montante do capital em dívida ascendia a 48% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*).

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.



Garantias sobre Crédito Vincendo à Actividade Empresarial

Crédito à actividade empresarial - 2015

	Capital	Tipo de garantia			
		Imobiliária	Outras	P. Financeiro	Total
Crédito não Titulado					
Com garantia					
Mútuo	46.987.498	55.411.144	1.566.307	35.534.306	92.511.756
Leasing Imobiliário	61.617.934	136.119.506	331.062	514.554	136.965.122
Leasing Mobiliário	592.589	-	-	98.528	98.528
Contas Correntes	700.097	363.962	-	514.780	878.742
Sem garantia	11.817.279	-	-	-	-
Total não Titulado	121.715.398	191.894.612	1.897.368	36.662.168	230.454.148
Crédito Titulado	110.347.488	-	-	-	-
Total de Crédito	232.062.886	191.894.612	1.897.368	36.662.168	230.454.148

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

A conjuntura de rápida descida das taxas de juro e *yields* das obrigações, inclusive para valores negativos em vários países europeus, coloca novos desafios aos Clientes, nomeadamente a crescente necessidade de assumir mais risco de forma a potenciar a rentabilidade. Neste sentido, o Banco manteve o foco na diversificação das carteiras de investimento dos Clientes, privilegiando parceiros de reconhecida experiência e dimensão internacional. Os fundos de investimento multi-ativos e os depósitos indexados mantiveram-se como as principais 'ferramentas' de trabalho, numa conjuntura de taxas de juro muito baixas e aumento de volatilidade nos mercados financeiros. No que se refere aos depósitos indexados, o Banco continua a apresentar uma oferta flexível, estruturando produtos *tailor-made* de acordo com as necessidades dos Clientes, em termos de prazos e objectivos de risco/retorno.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discrecionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação.

Em 2015, os produtos geridos e originados pelo Banco voltaram a registar rendibilidades muito positivas, tanto em termos absolutos como relativos, potenciadas pela robustez dos processos de alocação de activos e gestão de risco implementados.

Entre estes produtos, destaque para os seguintes:

- O fundo Alves Ribeiro PPR, cuja rentabilidade, em 2015, atingiu os 9,9%. Desde o lançamento do Fundo, a rentabilidade média anual ascende a 7,1%, a melhor na sua categoria.
- O fundo Alves Ribeiro - Médias Empresas Portugal valorizou 11,0%, mais 26 bps do que o índice nacional de referência PSI-20, em 2015.
- No serviço de Gestão Discrecionária, destaque para a carteira Invest Moderado, com uma rentabilidade anual de 3,6%. Desde o início da gestão, em Novembro de 2012, a rentabilidade anualizada ascende a 6,1%, líquida de comissões.



- O produto “*Invest Healthcare (Ser. 14/1)*”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada a 5 ações de empresas farmacêuticas multinacionais. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Janeiro, com uma rentabilidade de 7% (TANB).
- O produto “*Invest Sector Tecnológico (Ser. 14/1)*”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada ao *Technology Select Sector Index*. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado no final do primeiro trimestre, com uma rentabilidade de 7% (TANB).
- O produto “*Invest Top Brands*”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas multinacionais e com marcas de elevada notoriedade. O produto, com uma maturidade de 15 meses, foi reembolsado no terceiro trimestre, com uma rentabilidade de 5,59% (TANB).
- O produto “*Invest Gestoras de Activos*”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 sociedades internacionais gestoras de activos. O produto, com uma maturidade de 15 meses, foi reembolsado no quarto trimestre, com uma rentabilidade de 5,51% (TANB).

Durante o ano de 2015, o Banco emitiu 31 novos produtos estruturados para clientes particulares.

Corretagem

O Banco Invest está presente no segmento de *Prime Brokerage* e na Corretagem *online*.

No segmento de *Prime Brokerage*, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado, o Banco privilegia o relacionamento direto dos Clientes com os *traders*, as recomendações activas com base em análise fundamental e técnica, a gestão de ordens, a análise de tendências e níveis de entrada e saída de títulos. Por outro lado, revela-se cada vez mais importante a gestão dos riscos envolvidos nas várias estratégias seguidas pelos investidores.

No segmento da corretagem *online*, os clientes do Banco Invest podem dar ordens através do *site – desktop* e *mobile* – ou através da plataforma de *trading “Invest Trader”*. Destaca-se a total integração das ordens pelo telefone, *site* e plataforma de *trading*, que distingue o Banco da maior parte dos seus concorrentes.

Em 2015, a atividade *online* continuou a ganhar peso relativo no volume de negócios global. No final de 2015, o canal *online* representava 45,7% no segmento do mercado “*cash*”, e 72,5% no segmento dos derivados.

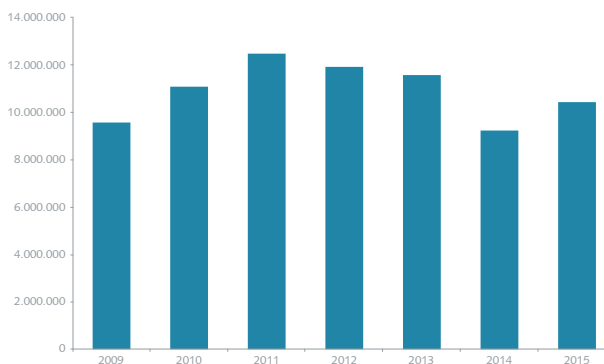
Crédito a Particulares

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Em 2015, verificou-se um incremento de 13% da carteira de crédito afecta a Clientes particulares, em virtude do aumento de crédito com garantia de metais preciosos.

Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



Valores em euros. Fonte: Banco Invest

Clientes Institucionais

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

A larga experiência dos profissionais do Banco, aliada ao envolvimento da Administração na condução da actividade corrente, continua a assegurar a qualidade dos serviços prestados, e o elevado grau de especialização na resposta às solicitações de cada Cliente. O posicionamento do Banco nesta área tem vindo a proporcionar uma colaboração estável, e de proximidade, com os Clientes, que se traduz no estabelecimento de relações de médio e longo prazo.



O ano de 2015 caracterizou-se pelo crescimento substancial da actividade junto de clientes institucionais nacionais de média e grande dimensão.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais, oferecendo soluções personalizadas que ajudam os gestores de fundos a alcançarem os seus objectivos.

O Banco conjuga uma actividade proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas.

Em 2015, a actividade junto de clientes institucionais registou um acréscimo assinalável. Com efeito, o notional negociado de derivados financeiros aumentou significativamente, consequência do estabelecimento de linhas com novas contrapartes. Os principais produtos negociados foram os *Equity Swap Options*, predominantemente sobre cabazes de acções internacionais. Com menor expressão, o Banco continuou a emitir *Reverse Convertibles Notes*, geralmente sobre *single stocks* e *exchange traded funds*.

Durante o ano de 2015, o Banco emitiu 28 novos produtos estruturados para clientes institucionais, sob a forma de *swaps* e *notes*.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

Após um ano de 2014 que foi particularmente difícil para o mercado de capitais em Portugal, com consequências na indústria dos fundos de investimento, o ano de 2015 foi de novo um ano difícil, com o número de Fundos de Investimento nacionais a cair 5,7% (encerraram 28 fundos) e os montantes sob gestão a diminuírem 6,3% para €31,5 Mil Milhões.

Neste contexto o Banco Invest manteve a sua posição de referência enquanto banco depositário para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a actuar no mercado nacional, tendo aumentado quer o número de fundos, quer os montantes líquidos sob custódia.

O ano terminou com o Banco a solidificar a sua quota de mercado neste segmento, mantendo a custódia de perto de 50 fundos de investimento de diversos tipos.

Actividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, fundos, câmbios e respectivos derivados.

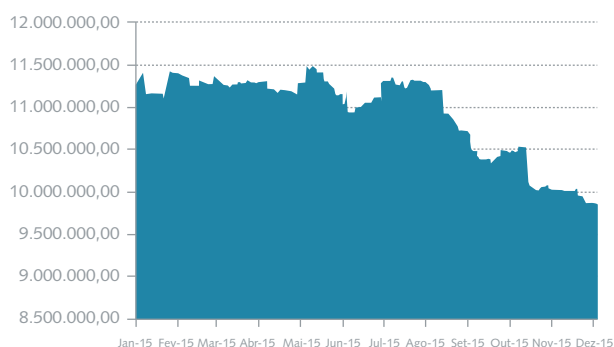
A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos segmentos de mercado.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk*, análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo, por sector e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de *negociação*, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.

VaR Anual da Carteira Total sujeita a Risco de Mercado



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

No ano de 2015, o VaR anual total da Sala de Mercados passou de cerca de €11,3M para €9,8M. Em termos comparativos, verifica-se uma redução face a 2014, justificada pela menor volatilidade nos mercados de dívida dos países da periferia da zona euro.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Investimento (Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e da Carteira de Negociação.

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

O investimento na carteira de negociação é feito numa perspectiva de curto prazo, com vista a atingir um objectivo pré-estabelecido. Em 2015, a gestão desta carteira caracterizou-se sobretudo pelo investimento em acções de empresas com elevada capitalização bolsista, cotadas nos principais índices Europeus e Norte Americanos, nas quais foram identificados indicadores de valorização a curto prazo.

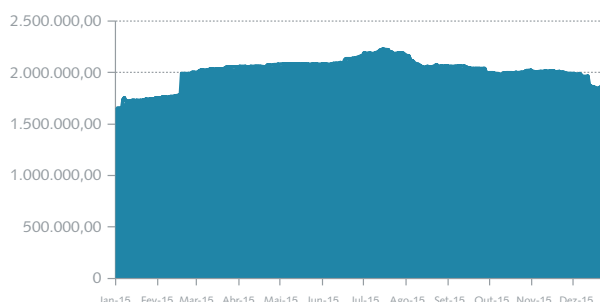
As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Em 2015, o VaR anual da carteira de acções do Banco oscilou entre €1.7M e €2.1M fechando o ano em €1.8M.



VaR Anual da Carteira de Acções

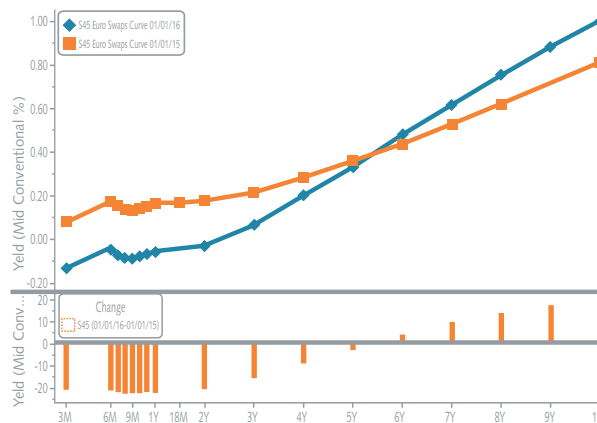


Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Taxa de Juro

Em resultado da política monetária expansionista do BCE, verificou-se em 2015 um ligeiro aumento da inclinação da curva de taxa de juro, reflectindo, no curto prazo, a redução das taxas directoras do Banco Central e, a longo prazo, alguma expectativa de melhoria da actividade económica da zona euro.

Evolução da curva de taxas de juro do Euro em 2015



Valores em %. Fonte: Bloomberg

No início de 2015, o Banco aumentou a sua exposição ao risco de taxa de juro através de investimentos em títulos de maturidades longas, reduzindo a partir de Março a sua exposição, à medida que as taxas foram descendo.



Evolução BPV Tx Juro



Valores em BPV.

Gestão de Risco Obrigações

No término do exercício, a carteira apresentava um *rating* médio BBB:

Rating	Negociação	DV	Maturidade	TOTAL
AA	24%	9%	0%	8%
A	29%	17%	11%	17%
BBB	31%	48%	54%	48%
BB	8%	11%	33%	18%
B	0%	2%	0%	1%
NR	8%	13%	3%	9%

No ano de 2015, ao contrário do esperado, não se verificou na economia global uma melhoria de *ratings*. Para este facto, contribuiu a degradação das notações de *rating* de algumas economias em desenvolvimento e a não melhoria das notações de risco dos países da periferia europeia, apesar de algum sucesso alcançado nos programas de ajustamento económico implementados.

No caso português, após a saída limpa do programa de ajustamento financeiro, a *Standard & Poor's* fez uma revisão positiva do *rating* de BB para BB+. As restantes agência mantiveram o *rating* inalterado em Ba1 no caso da *Moody's* e BB+ no caso da *Fitch*.

O prémio de risco pago pela república portuguesa desceu cerca de 100 pontos entre Janeiro e Março de 2015, tendo a partir dessa data começado a subir, acabando o ano num nível ligeiramente superior ao de Janeiro.

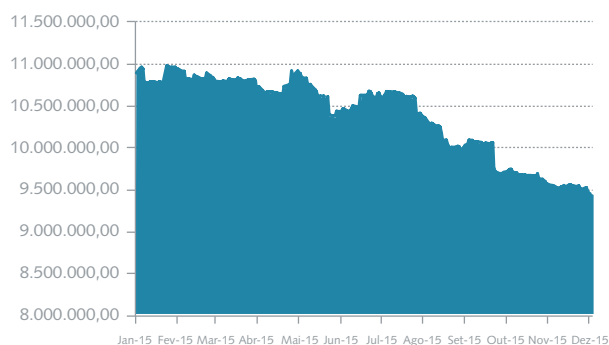
Evolução da Taxa de Juros a 10 anos da Dívida Pública Portuguesa



Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

O VaR anual da carteira de obrigações do Banco foi muito semelhante ao VaR total da sala de mercados, passando de €10,9M para €9,5M.

VaR Anual da Carteira de Obrigações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Ao longo do ano de 2015, o valor do investimento na carteira de obrigações reduziu-se em €86M, de €377M para €292M. No mesmo período o Banco diminuiu a exposição a títulos de curto prazo, aumentando a exposição a títulos de médio e longo prazo.

Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares, libras esterlinas e francos suíços. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a actividade em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

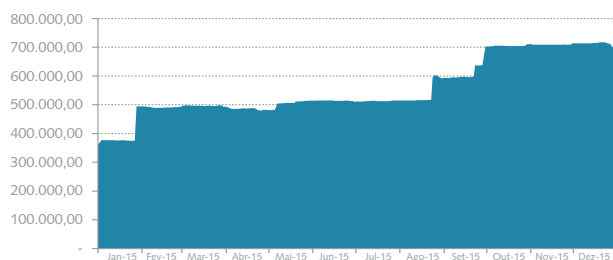
Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.



No final do exercício de 2015, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 135 milhões de euros. O VaR médio mensal do “Livro de Derivados”, com 99,5% de intervalo de confiança, ascendeu a 500 mil Euros.

VaR Anual da Carteira de Derivados



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Autonomamente, de acordo com os requisitos previstos no aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, existe ainda a função de controlo de riscos cujo responsável reporta directamente ao Conselho de Administração, centrando a sua actuação, entre outras, na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação dos mesmos modelos na valorização e mitigação dos riscos.

O sistema de controlo de riscos desenvolvido no Banco Invest permite monitorizar e avaliar continuamente o risco de cada área funcional através de matrizes de risco que asseguram, de forma tempestiva, a prevenção de situações indesejadas para o Banco e a adopção de medidas correctivas, caso sejam detectadas situações indesejadas.

O sistema implementado pretende abranger todos os produtos, actividades, processos e sistemas do Banco de modo a permitir a identificação e hierarquização de todos os riscos materiais e a documentação dos processos de avaliação, acompanhamento e controlo que lhes estão associados.

O processo de Gestão de Riscos envolve ainda o controlo

sistemático da dimensão e da composição dos activos e passivos do Banco, avaliando a tolerância global ao risco, a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e o nível de capitais ou fundos próprios do Banco.

Este processo compreende a revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e respectivas estratégias de financiamento, tendo contribuído para a solidez demonstrada pelo Banco ao longo dos eventos extraordinários dos últimos anos.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point (BPV)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.



Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests* e *reverse stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e / ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos factores medindo o impacto no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade.

Os *stress tests* são parte integrante da avaliação anual que é efectuada ao processo de auto avaliação do capital interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do capital do Banco ao desenvolvimento da actividade económica.

Os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark-to-market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza, e monitorização de eventuais perdas, quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportado numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate* (*loss given default*) históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante à dos títulos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efectuadas análises globais da carteira (crédito titulado e não titulado) mensurando-se a exposição por sectores de actividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes, existindo também uma lista de contrapartes autorizadas e respectivos limites de exposição aprovados.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 24 de Março de 2016

O Conselho de Administração



4. Demonstrações Financeiras ✧



(Montantes expressos em Euros)

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2015.

Demonstrações dos resultados individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	28	18.291.705	21.302.001
Juros e encargos similares	29	(6.667.703)	(8.559.486)
MARGEM FINANCEIRA		11.624.002	12.742.515
Rendimentos de instrumentos de capital	30	7.000.000	17.000.000
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.126.239	2.477.666
Encargos com serviços e comissões	32	(453.814)	(463.974)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	513.515	2.721.652
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	6.699.568	5.995.636
Resultados de reavaliação cambial	35	150.889	560.990
Resultados de alienação de outros activos	36	(3.011.059)	(939.963)
Outros resultados de exploração	37	(248.660)	(132.575)
PRODUTO BANCÁRIO		24.400.680	39.961.947
Custos com pessoal	38	(5.396.517)	(5.067.881)
Gastos gerais administrativos	39	(4.240.939)	(4.189.981)
Amortizações do exercício	12 e 13	(455.811)	(705.949)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(605.953)	491.108
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(2.082.524)	(6.714.119)
Imparidade e provisões para outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	23	(3.954.072)	(2.094.573)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	23	(896.851)	(1.138.046)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		6.768.013	20.542.506
Impostos			
Correntes	15	(1.075.654)	(2.858.112)
Diferidos	15	2.044.004	(294.744)
		968.350	(3.152.856)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		7.736.363	17.389.6509
Ações em circulação	26	11.900.000	11.900.000
Resultado por ação		0,65	1,46

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



Demonstrações dos resultados e outro rendimento integral individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015	2014
Resultado individual	7.736.363	17.389.650
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(3.075.394)	14.614.690
Impacto fiscal	590.296	(3.261.312)
Transferência para resultados por imparidade	1.943.022	1.247.200
Impacto fiscal	(437.180)	(305.564)
Transferência para resultados por alienação	(6.699.568)	(5.995.636)
Impacto fiscal	1.507.403	1.468.931
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(6.171.421)	7.768.309
Rendimento integral individual	1.564.942	25.157.959

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações das alterações no capital próprio individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício		Total
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva legal	Reserva livre	Reserva de fusão	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	59.500.000	3.049.069	(808.003)	-	2.241.066	1.740.163	8.552.237	574.220	(16.283.830)	(5.417.210)	(4.955.394)	51.368.461
Aplicação do lucro do exercício de 2013												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.955.394)	(4.955.394)	4.955.394	-
Rendimento integral do exercício de 2014	-	9.866.254	(2.097.945)	-	7.768.309	-	-	-	-	-	17.389.650	25.157.959
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	59.500.000	12.915.323	(2.905.948)	-	10.009.375	1.740.163	8.552.237	574.220	(21.239.224)	(10.372.604)	17.389.650	76.526.421
Aplicação do lucro do exercício de 2014												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	1.738.965	-	-	15.650.685	17.389.650	(17.389.650)	-
Rendimento integral do exercício de 2015	-	(7.831.940)	1.660.519	-	(6.171.421)	-	-	-	-	-	7.736.363	1.564.942
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)	-	(840.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	59.500.000	5.083.383	(1.245.429)	-	3.837.954	3.479.128	7.712.237	574.220	(5.588.539)	6.177.046	7.736.363	77.251.363

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstrações dos fluxos de caixa individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	17.406.885	22.303.736
Pagamentos de juros e comissões	(8.616.054)	(8.739.805)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.482.406)	(9.560.180)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(.317.246)	(1.407.201)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(97.770)	138.631
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	(3.106.591)	2 735.181
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	14.644.288	(1.278.410)
Activos financeiros disponíveis para venda	107.633.934	(15.927.016)
Aplicações em instituições de crédito	3.000.172	(3.400.352)
Crédito a clientes	(61.694.756)	40.207.108
Investimentos detidos até à maturidade	(25.065.881)	(13.493.070)
Activos não correntes detidos para venda	(1.591.592)	599.352
Outros activos	(1.639.288)	11.337.724
	35.286.877	18.045.336
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(74.000.000)	(5.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(984.399)	(2.918.594)
Recursos de clientes	51.672.278	61.746.681
Responsabilidades representadas por títulos	(4.563.646)	2.165.527
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(4.260.741)	(83.876.873)
Outros passivos	(5.445.390)	(13.005.707)
	(37.581.898)	(40.888.966)
Caixa líquida das actividades operacionais	(5.401.612)	(20.108.449)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(739.557)	(183.500)
Dividendos de participações financeiras	7.000.000	17.000.000
Caixa líquida das actividades de investimento	6.260.443	16.816.500
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 27)	(840.000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	(840.000)	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	18.831	(3.291.949)
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.133.236	10.425.185
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.152.067	7.133.236
	18.831	(3.291.949)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. Anexos às Demonstrações Financeiras ✧





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora, S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos a passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de balanço nessa data.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto, e Leiria.

Conforme indicado na Nota 14, o Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2016.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;
- ii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;



- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes, valores a receber de outros devedores e provisões

Conforme descrito na Nota 2.1., estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações de acordo com o método “*pro rata temporis*”, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.



Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos termos da legislação em vigor, o reforço da provisão para riscos gerais de crédito não é aceite como custo fiscal. Adicionalmente, nos termos do Artigo 35º-A do Código do IRC, não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito e para risco-país de créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

iv) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face ao risco de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação de percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, é classificada nas várias rubricas contabilísticas em que estão registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

As provisões regulamentares calculadas para créditos titularizados são registadas por contrapartida da rubrica do passivo "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Notas 22 e 23).

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.



Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) *Empréstimos e contas a receber*

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui essencialmente valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) *Investimentos detidos até à maturidade*

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Qualquer venda de activos que sejam classificados como detidos até à maturidade implica a alteração de classificação de toda a classe exceto para vendas isoladas, não recorrentes e em circunstâncias fora do controlo da entidade não razoavelmente antecipáveis.

Uma entidade não pode voltar a classificar um activo financeiro como detido até à maturidade quando, durante o corrente ano ou durante os dois anos precedentes, vendeu ou reclassificou, antes da maturidade, mais do que um insignificante montante de instrumentos detidos até à maturidade, exceto se:

- Tenha ocorrido tão próximo da data de maturidade ou de reembolso antecipado que alterações nas taxas de juro não teriam um impacto significativo no seu justo valor;
- Ocorra após a entidade ter recebido, de forma substancial, o montante nominal do ativo financeiro; ou
- Seja atribuído a um evento isolado, fora do controlo da entidade, não recorrente e que não pudesse ser razoavelmente antecipado.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente.

A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “*deemed cost*” do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.



ii) *Passivos financeiros associados a activos transferidos*

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente às operações de titularização realizadas pelo Banco, cujos créditos se mantiveram em balanço na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Nota 9).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização. São deduzidas a este valor as provisões regulamentares calculadas para o crédito titularizado (Nota 23).

iii) *Outros passivos financeiros*

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) *Derivados*

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor refletidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.



d) *Imparidade de activos financeiros*

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, os investimentos detidos até à maturidade e os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "*Asset-backed Securities*" (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "*recover value*" esperado;
 - Diminuição do "*credit enhancement*" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo.
- Redução do "*credit enhancement*" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".



Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas acções necessárias para que a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.5. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.



Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.6. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.7. *Activos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.8. *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos*

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

2.9. *Impostos sobre lucros*

O Banco é detido em 99,26 % pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 21%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 Euros; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.



Nos termos do artigo 51.º e 51.º-C do Código do IRC (na redacção vigente até ao exercício de 2015), os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas pelo Banco mediante a transmissão onerosa de partes de capital, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o Banco detenha uma participação não inferior a 5% do capital social ou dos direitos de voto na entidade que distribui os lucros, ou na entidade objecto de transmissão onerosa, e desde que a participação tenha sido detida por um período não inferior a 24 meses (ou, no caso dos dividendos, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período); (ii) o sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal; (iii) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou cujo capital é objecto de transmissão onerosa, esteja sujeita e não isenta de IRC, de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC e a taxa legal aplicável não seja inferior a 60% da taxa do IRC; (iv) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou a entidade objecto de transmissão onerosa, não seja residente num paraíso fiscal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 25,5% e 22,5%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.



O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.



No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avals prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3.). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.3. d)).

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1., no exercício de 2015 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que a excepção de aplicação da norma a activos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de activo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um activo ou uma concentração de actividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.



Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – "Disclosure Initiative"	01-Jan-16	<p>"Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none">- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e- outra informação na quarta secção."
Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01-Jan-16	<p>Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quanto o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.</p>
Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01-Jan-16	<p>Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.</p>
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01-Jan-16	<p>Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.</p>

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras em resultado da sua aplicação.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia::



Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados;
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.



Nos termos do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, a partir de 1 de Janeiro de 2016 as demonstrações financeiras individuais do Banco deverão ser preparadas com base nas Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC"), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia. No âmbito desta alteração o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal é revogado, sendo extintos os níveis mínimos de provisionamento de contas a receber.

Neste contexto, a partir de 1 de Janeiro de 2016, o Banco irá registar perdas por imparidade no crédito a clientes e valores a receber de outros devedores mediante:

- determinação de imparidade com base em análise individual, em função de avaliação específica efectuada pelo Banco, de acordo o conhecimento da realidade dos clientes e das garantias associadas às operações em questão;
- determinação da imparidade com base em análise colectiva, segundo parâmetros históricos apurados para as diversas tipologias de crédito.

Em Dezembro de 2015, a imparidade apurada pelo Banco é inferior às provisões registadas para o crédito a clientes nas contas individuais em cerca de 12.400.000 Euros. Este montante não considera o efeito fiscal.

3. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO



O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos operacionais:

- Comercial – Crédito a clientes;
- Mercados – Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de: Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2015		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	9.299.202	2.324.800	11.624.002
Rendimentos de instrumentos de capital	-	7.000.000	7.000.000
Resultados de serviços e comissões	1.672.425	-	1.672.425
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	513.515	513.515
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	6.699.568	6.699.568
Outros resultados de exploração e outros	(3.259.719)	150.889	(3.108.830)
Produto bancário	7.711.908	16.688.772	24.400.680
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(7.228.092)	(2.409.364)	(9.637.456)
Amortizações do exercício (1)	(341.858)	(113.953)	(455.811)
Provisões e imparidade	(2.688.477)	(4.850.923)	(7.539.400)
Resultado antes de impostos	(2.546.519)	9.314.532	6.768.013
Impostos	2.044.004	(1.075.654)	968.350
Resultado líquido do exercício	(502.515)	8.238.878	7.736.363
Activos financeiros detidos para negociação	-	44.669.608	44.669.608
Activos financeiros disponíveis para venda	-	165.202.404	165.202.404
Crédito a clientes	128.723.345	109.122.394	237.845.739
Investimentos detidos até à maturidade	-	100.115.289	100.115.289
Recursos de bancos centrais	-	141.006.232	141.006.232
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	350.074.418	350.074.418
Passivos financeiros associados a activos transferidos	15.135.143	-	15.135.1434

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2014		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.194.012	2.548.503	12.742.515
Rendimentos de instrumentos de capital	-	17.000.000	17.000.000
Resultados de serviços e comissões	2.013.692	-	2.013.692
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	2.721.652	2.721.652
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	5.995.636	5.995.636
Outros resultados de exploração e outros	(1.072.538)	560.990	(511.548)
Produto bancário	11.135.166	28.826.781	39.961.947
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.943.397)	(2.314.465)	(9.257.862)
Amortizações do exercício (1)	(529.462)	(176.487)	(705.949)
Provisões e imparidade	(6.223.011)	(3.232.619)	(9.455.630)
Resultado antes de impostos	(2.560.704)	23.103.210	20.542.506
Impostos	(294.744)	(2.858.112)	(3.152.856)
Resultado líquido do exercício	(2.855.448)	20.245.098	17.389.650
Activos financeiros detidos para negociação	-	58.984.241	58.984.241
Activos financeiros disponíveis para venda	-	275.688.965	275.688.965
Crédito a clientes	144.865.226	33.264.605	178.129.831
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	77.280.239
Recursos de bancos centrais	-	216.704.549	216.704.549
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	298.134.275	298.134.275
Passivos financeiros associados a activos transferidos	19.395.884	-	19.395.884

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	391.764	412.415
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	3.478.016	1.824.051
	3.869.780	2.236.466

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No país	1.716.735	1.913.741
- No estrangeiro	1.565.552	2.983.029
	3.282.287	4.896.770

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	-	50.023
- Instituições de crédito	-	4.164.160
- Empresas	50.335	20.200
- Papel comercial	-	13.694.143
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	1.461.468	2.219.110
- Instituições de crédito	26.573.595	24.241.232
- Empresas	9.021.740	7.677.089
	37.107.138	52.065.957
<i>Juros a receber</i>	221.109	309.202
	37.328.247	52.375.159
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	57.082	1.194.224
De não residentes		
- Acções	5.416.195	3.044.983
- Unidades de participação	6.767	8.643
	5.480.044	4.247.850
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
<i>Swaps</i>		
- Taxa de juro	253.618	139.005
- Outros	1.406.044	1.439.970
<i>Opções</i>	252.705	821.936
	1.912.367	2.400.911
	44.720.658	59.023.922
<i>Provisões</i>		
- Provisão para risco país (Nota 23)	(51.050)	(39.681)
	44.669.608	58.984.241



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
De outros residentes		
- Outros emissores públicos	-	50.000
- Instituições de crédito	-	5.020.000
- Empresas	50.000	-
- Papel comercial	-	13.750.000
De não residentes		
- Emissores públicos Estrangeiros	1.450.000	2.000.000
- Instituições de crédito	28.100.000	25.000.000
- Empresas	9.530.982	7.900.982
	39.130.982	53.720.982

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.. Nestas datas, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2015			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 18)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	120.301.408	253.618	(30.170)	223.448
De divisas	684.427	-	(23.184)	(23.184)
Outros	5.878.247	1.406.044	-	1.406.044
- Opções embutidas em depósitos estruturados	29.776.635	114.255	(252.401)	(138.146)
- Opções De cotações	397.676	138.450	(707)	137.743
	157.038.392	1.912.367	(306.462)	1.605.905
Transaccionados em bolsa				
- Futuros				
De taxa de juro	118.409.963	-	-	-
De cotações	2.839.665	-	-	-
De divisas	2.895.684	-	-	-
	124.145.312	-	-	-
	281.183.704	1.912.367	(306.462)	1.605.905



2014				
	Montante nocial	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 18)				
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	25.153.620	139.005	(2.769)	136.236
Outros	5.878.247	1.439.970	-	1.439.970
- Opções embutidas em depósitos estruturados	21.474.042	821.936	(468.697)	353.239
- Opções				
De cotações	164.731	-	(7.487)	(7.487)
	52.670.640	2.400.911	(478.953)	1.921.958
<i>Transacionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	4.746.963	-	-	-
De cotações	756.825	-	-	-
De divisas	3.703.098	-	-	-
	9.206.886	-	-	-
	61.877.526	2.400.911	(478.953)	1.921.958

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o montante nocial de swaps de taxa de juro inclui 13.280.975 Euros e 17.238.620 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito de uma securitização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2015						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	-	-	37.720.000	69.300.433	13.280.975	120.301.408
De divisas	684.427	-	-	-	-	684.427
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	684.427	-	37.720.000	75.178.680	13.280.975	126.864.081
- Opções embutidas em depósitos estruturados	2.000.062	4.545.636	11.893.536	11.337.401	-	29.776.635
- Opções						
De cotações e câmbios	259.236	74.400	64.040	-	-	397.676
Transaccionados em bolsa						-
- Futuros						
De taxa de juro	7.762.788	24.293.650	43.578.701	42.774.824	-	118.409.963
De cotações	2.839.665	-	-	-	-	2.839.665
De divisas	2.895.684	-	-	-	-	2.895.684
	13.498.137	24.293.650	43.578.701	42.774.824	-	124.145.312
	16.441.862	28.913.686	93.256.277	129.290.904	13.280.975	281.183.704
2014						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	750.000	-	7.165.000	-	17.238.620	25.153.620
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	750.000	-	7.165.000	5.878.247	17.238.620	31.031.867
- Opções embutidas em depósitos estruturados	7.109.798	5.637.003	5.320.337	3.406.905	-	21.474.042
- Opções						
De cotações e câmbios	-	164.731	-	-	-	164.731
Transaccionados em bolsa						
- Futuros						
De taxa de juro	999.250	1.749.038	749.625	1.249.050	-	4.746.963
De cotações	756.825	-	-	-	-	756.825
De divisas	3.703.098	-	-	-	-	3.703.098
	5.459.173	1.749.038	749.625	1.249.050	-	9.206.886
	13.318.971	7.550.772	13.234.962	10.534.202	17.238.620	61.877.526

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresenta o seguinte detalhe:



	2015	2014
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	120.301.408	17.238.620
- Clientes	-	7.915.000
De Divisas		
- Clientes	684.427	-
Outros		
- Clientes	5.878.247	5.878.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	29.776.635	21.474.042
Opções		
- De cotações	259.236	164.731
	157.038.392	52.670.640
<i>Transacionados em bolsa</i>		
Futuros		
- De taxa de juro	118.409.963	4.746.962
- De divisas	2.895.684	3.703.098
- De cotações	2.839.665	756.825
	124.145.312	9.206.886
	281.183.704	61.877.526



7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	112.640	110.860
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	2.000.920
- Instituições de crédito	2.503.250	2.117.727
- Outras obrigações	24.212.138	20.949.341
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	16.748.265	142.067.476
- AR Finance 1, Plc	9.921.029	9.921.029
- Outras obrigações	101.524.753	87.362.677
	155.022.075	264.530.030
<i>Juros a receber</i>	2.060.730	2.712.074
	157.082.805	267.242.104
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	14.764.292	14.362.619
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	811.717	466.425
	15.576.009	14.829.044
	172.658.814	282.071.148
<i>Provisões e imparidade (Nota 23):</i>		
- Imparidade	(5.598.233)	(4.329.463)
- Provisão AR Finance	(1.858.177)	(2.052.722)
	(7.456.410)	(6.382.183)
	165.202.404	275.688.965

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui as participações no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Tejo e Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, nos montantes de 6.773.576 Euros (6.407.249 Euros em 31 de Dezembro de 2014) e 5.233.000 Euros (5.233.000 Euros em 31 de Dezembro de 2014), respectivamente, ambos geridos pela Invest Gestão de Activos. Relativamente ao Fundo Inspirar, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	100.000	100.000
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	2.000.000
- Instituições de crédito	2.500.000	2.100.000
- Outras obrigações	23.171.428	19.600.000
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	14.500.100	135.500.100
- AR Finance 1, Plc	9.921.029	9.921.029
- Outras obrigações	98.940.000	81.300.000
	149.132.557	250.521.129

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	16.655	15.633
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	347
- Outras obrigações	937.943	1.350.351
- Instituições de crédito	-	18.188
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	2.089.785	7.977.589
- Outras obrigações	2.021.824	4.834.252
	5.066.208	14.196.360
Instrumentos de capital	17.175	(1.278.231)
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	-	(2.806)
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 27)	5.083.383	12.915.323

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações em instituições de crédito:		
- Instituições de crédito no país	400.000	3.400.000
Juros a receber	180	352
	400.180	3.400.352



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	-	3.000.000
De três meses a um ano	400.000	400.000
	400.000	3.400.000

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	9.499.297	13.391.775
- Empréstimos a médio e longo prazo	6.330.747	6.586.472
	15.830.044	19.978.247
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	52.118.637	55.822.044
- Empréstimos a médio e longo prazo	42.576.917	46.291.999
- Créditos em conta corrente	11.889.597	17.942.958
- Operações de locação financeira mobiliária	592.589	635.487
- Descobertos em depósitos à ordem	2.417.821	2.520.737
- Outros créditos	5.973.567	5.544.755
	115.569.128	128.757.980
<i>Crédito ao exterior:</i>		
- Descobertos em depósitos à ordem	627.779	342.136
	132.026.951	149.078.363
Juros a receber	218.568	365.875
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida:</i>		
- De dívida pública portuguesa – outros emissores públicos nacionais	10.000.000	10.000.000
De outros residentes		
- Empresas	48.946.395	17.503.173
- Papel comercial	39.352.072	-
- Juros a receber	676.917	310.970
De não residentes		
- Instituições de crédito	-	1.000.000
- Empresas	11.296.109	3.651.564
- Juros a receber	75.995	9.117
	110.347.488	32.474.824
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
- Despesas com encargo diferido	123.465	170.884
- Receitas com rendimento diferido	(65.619)	(80.448)
	57.846	90.436
Crédito e juros vencidos	36.675.379	36.079.192
	279.326.232	218.088.690
<i>Provisões (Nota 23):</i>		
- Para crédito e juros vencidos	(33.951.359)	(34.534.908)
- Para créditos de cobrança duvidosa	(7.105.986)	(4.492.698)
- Para créditos securitizados	(194.258)	(141.473)
- Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida	(228.890)	(789.780)
	(41.480.493)	(39.958.859)
	237.845.739	178.129.831



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se à operação de securitização realizada pelo Banco em vigor nessas datas e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2015	2014
Operação de securitização – AR Finance	15.830.044	19.978.247
Provisões - crédito securitizado (Nota 23)	(694.901)	(582.362)
	15.135.143	19.395.885

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance:*

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “cross default”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2015	2014			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	-	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	15.148.099	19.779.997	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	9.921.029	9.921.029	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	26.269.128	30.901.026				

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

No decorrer do exercício de 2013, as obrigações da Classe A foram reembolsadas.



As obrigações das Classes B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os “*Spreads*” das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as obrigações da Classe B apresentam “*Rating AAA*” atribuído pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo “*European Investment Fund*”.

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído “*Rating*”, e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma “*Cash reserve account*”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital vincendo e crédito vencido resultantes dos créditos cedidos ascendia a 15.830.043 Euros e 7.370.994 Euros, respectivamente (em 31 de Dezembro de 2014 ascendia a 19.978.247 Euros e 7.943.246 Euros, respectivamente).

- *Invest Finance - Conduit*

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2013 a 79.946.746 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual foi desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continuou a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito eram entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integravam o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebia uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que correspondia a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2013, o papel comercial emitido ascendia a 87.204.148 Euros. A emissão de papel comercial tinha montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos eram integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos era reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que correspondia a uma “*Cash reserve account*”, cuja finalidade consistia em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação devia corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tinha uma remuneração mensal, que correspondia essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.



Em Março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Conforme previsto no regulamento de gestão do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal. Adicionalmente, a aplicação subordinada no Invest Finance 1 foi reembolsada na totalidade.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Nota 22).

Adicionalmente, de acordo com o regime definido pelo Banco de Portugal, o Banco regista provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos cedidos caso a operação não tivesse sido realizada, cujo montante em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 ascende a 694.901 Euros e 582.363 Euros, respectivamente (Nota 23). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco deduz as provisões constituídas ao passivo e constitui ainda provisões sobre os outros activos associados às operações de securitização, registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda”, que ascendem a 1.163.276 Euros e 1.470.360, respectivamente (Nota 23).

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido da carteira não securitizada, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco dispõe de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 1.107.389 Euros e 1.253.071 Euros, respectivamente, registada no âmbito da rubrica “Provisões”, do passivo.

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Até três meses	9.170.284	13.251.875
De três meses a um ano	3.477.933	2.369.124
De um ano a cinco anos	20.812.857	22.631.064
Mais de cinco anos	98.565.877	110.826.300
	132.026.951	149.078.363

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2015	2014
Até três meses	188.852	261.310
De três meses a um ano	3.688.177	2.034.746
Mais de um ano	32.798.350	33.783.136
	36.675.379	36.079.192

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 45.071.366 Euros e 53.343.845 Euros, respectivamente.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2015	2014
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	31.531.697	32.780.467
Outras garantias reais	797.181	697.516
Garantia pessoal	1.155.103	1.155.103
Sem garantia	3.191.398	1.446.106
	36.675.379	36.079.192

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição do crédito vincendo e vencido, e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2015			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	61.617.934	6.335.811	67.953.745	136.965.122
Empréstimos a médio e longo prazo	47.987.691	24.374.428	72.362.119	99.878.165
Créditos em conta corrente	11.889.597	5.018.642	16.908.239	878.742
Operações de locação financeira mobiliária	592.589	2.044	594.633	98.528
Outros créditos	6.893.540	944.454	7.837.994	9.476.339
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	110.347.488	-	110.347.488	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.045.600	-	3.045.600	6.115.154
	242.374.439	36.675.379	279.049.818	253.412.050

	2014			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	69.213.818	5.298.030	74.511.848	144.789.466
Empréstimos a médio e longo prazo	52.878.471	26.929.382	79.807.853	101.791.946
Créditos em conta corrente	17.942.958	2.985.599	20.928.557	2.328.501
Operações de locação financeira mobiliária	635.487	6.672	642.159	98.528
Outros créditos	5.544.755	859.509	6.404.263	7.272.136
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	32.474.824	-	32.474.824	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	2.862.874	6.690.445
	181.553.187	36.079.192	217.632.378	262.971.022

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, excluindo o crédito titulado, por sectores de actividade é a seguinte:



	2015		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	32.228.995	10.685.473	42.914.468
Particulares	31.684.721	7.248.243	38.932.964
Actividades imobiliárias	12.648.680	7.001.256	19.649.936
Actividades financeiras e de seguros	14.808.610	272.939	15.081.549
Indústrias transformadoras	12.237.697	2.136.533	14.374.230
Construção	3.794.453	6.783.725	10.578.178
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.524.344	207.006	5.731.350
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.005.694	681.922	5.687.616
Actividades de saúde humana e apoio social	2.996.298	304.127	3.300.425
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.628.480	239.359	2.867.839
Alojamento, restauração e similares	2.365.624	66.039	2.431.663
Transportes e armazenagem	1.756.247	586.754	2.343.001
Outras actividades de serviços	2.306.088	-	2.306.088
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.743.965	207.746	1.951.711
Educação	183.531	254.257	437.788
Actividades de informação e de comunicação	113.524	-	113.524
Total Crédito	132.026.951	36.675.379	168.702.330

	2014		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42.129.722	7.925.283	50.055.005
Particulares	31.137.934	8.088.610	39.226.544
Actividades imobiliárias	13.415.532	7.636.703	21.052.235
Actividades financeiras e de seguros	16.121.612	157.291	16.278.903
Indústrias transformadoras	13.551.954	1.423.729	14.975.683
Construção	4.731.652	7.981.814	12.713.466
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.576.935	205.905	5.782.840
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.082.772	679.714	5.762.486
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.714.728	194.788	3.909.516
Actividades de saúde humana e apoio social	3.057.781	309.843	3.367.624
Transportes e armazenagem	2.966.599	344.678	3.311.277
Alojamento, restauração e similares	2.619.838	481.603	3.101.441
Outras actividades de serviços	2.475.341	297.174	2.772.515
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.893.759	98.643	1.992.402
Educação	206.544	253.414	459.958
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	272.421	-	272.421
Actividades de informação e de comunicação	123.239	-	123.239
Total Crédito	149.078.363	36.079.192	185.157.555



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2015	2014
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	8.599.675	9.527.545
Entre 1 ano e 5 anos	28.838.103	32.335.737
Mais de 5 anos	40.304.210	46.743.947
	77.741.988	88.607.229
Rendimentos financeiros não obtidos	(15.531.465)	(18.305.818)
	62.210.523	70.301.411
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	6.328.799	6.794.013
Entre 1 ano e 5 anos	22.265.315	24.412.162
Mais de 5 anos	33.616.409	39.095.236
	62.210.523	70.301.411
Imparidade para crédito de locação financeira	(7.426.804)	(5.217.138)
	54.783.719	65.084.273

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 42).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade:

	2015	2014
Até um ano	229.152	1.562.983
De um ano a cinco anos	-	238.829
Mais de cinco anos	383.007	2.858.870
	612.159	4.660.682



10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.631.285	14.546.377
- Outros	10.129.216	6.450.078
De não residentes		
- Dívida pública	58.289.855	42.277.495
- Outros	16.485.398	11.653.550
	99.535.754	74.927.592
Juros a receber	2.810.366	2.352.739
	102.346.120	77.280.239
Imparidade (Nota 23)	(2.230.831)	-
	100.115.289	77.280.239

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo o juro corrido, ascendia a 108.317.117 Euros e 89.844.123 Euros, respectivamente (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2015	2014
Até um ano	12.745.256	7.723.834
De um ano a cinco anos	22.966.032	12.679.075
Mais de cinco anos	66.634.832	56.877.330
	102.346.120	77.280.239

No final do exercício de 2015 o Banco alienou um conjunto de títulos de uma entidade que apresentaram uma degradação significativa do risco de crédito, tendo originado uma perda no exercício de 2.138.500 Euros (Nota 36). Adicionalmente, foi registada imparidade noutros títulos da mesma entidade, no montante de 2.230.831 Euros, os quais foram alienados no início de 2016.

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.



11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Activos não correntes detidos para venda:		
- Imóveis	34.613.894	37.036.050
- Imparidade (Nota 23)	(9.025.147)	(8.860.814)
	25.588.747	28.175.236

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

2015								
31 de Dezembro de 2014						31 de Dezembro de 2015		
Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
(Nota 23)					(Nota 23)	(Nota 23)		
Imóveis	37.036.050	(8.860.814)	2.671.261	(5.093.417)	(650.908)	486.575	34.613.894	(9.025.147) 25.588.747

2014								
31 de Dezembro de 2013						31 de Dezembro de 2014		
Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
(Nota 23)					(Nota 23)	(Nota 23)		
Imóveis	37.635.402	(7.722.768)	2.834.951	(3.434.303)	(1.138.046)	-	37.036.050	(8.860.814) 28.175.236

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os imóveis recebidos em dação em cumprimento apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:



Ano de aquisição	2015			2014		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Anterior a 2006	722.947	(372.420)	350.527	722.946	(314.296)	408.650
2006	500.365	(121.065)	379.300	500.365	(118.810)	381.555
2007	198.722	(66.133)	132.589	198.722	(60.233)	138.489
2008	558.962	(290.273)	268.690	582.962	(214.340)	368.623
2009	2.648.597	(686.081)	1.962.516	2.636.827	(519.476)	2.117.352
2010	4.525.652	(1.840.805)	2.684.847	4.680.118	(1.840.408)	2.839.710
2011	8.800.077	(2.573.157)	6.226.920	12.208.859	(3.798.544)	8.410.315
2012	5.039.878	(885.318)	4.154.560	5.396.576	(942.235)	4.454.341
2013	6.413.531	(980.404)	5.433.127	7.273.725	(790.246)	6.483.478
2014	2.533.903	(101.735)	2.432.168	2.834.951	(262.226)	2.572.724
2015	2.671.261	(258.659)	2.412.602	-	-	-
Imparidade global	-	(849.098)	(849.098)	-	-	-
	34.613.894	(9.025.147)	25.588.747	37.036.050	(8.860.814)	28.175.236

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que, apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante o exercício de 2015, o Banco registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 735.704 Euros (735.235 Euros em 2014), as quais foram por regra determinadas face ao valor bruto do imóvel (Nota 36).



12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

2015							
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e Abates		Valor líquido 31-12-2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações	
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(197.137)	-	(10.302)	-	-	497.787
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.466.550)	144.147	(190.136)	-	-	1.013.121
	3.230.887	(1.663.687)	144.147	(200.438)	-	-	1.510.908
<i>Equipamento:</i>							
- Mobiliário e material	415.423	(343.195)	44.553	(26.905)	-	-	89.877
- Máquinas e ferramentas	76.459	(49.939)	2.619	(7.418)	-	-	21.720
- Equipamento informático	735.204	(699.663)	67.690	(37.055)	(2.386)	2.386	66.176
- Instalações interiores	613.276	(440.609)	2.108	(58.941)	(1.763)	1.763	115.835
- Material de transporte	967.321	(887.226)	443.034	(71.193)	(339.380)	339.380	451.937
- Equipamento de segurança	23.759	(19.948)	1.555	(871)	-	-	4.495
	2.831.443	(2.440.580)	561.559	(202.382)	(343.529)	343.529	750.039
<i>Outros activos tangíveis:</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	6.103.694	(4.104.268)	705.706	(402.821)	(343.529)	343.529	2.302.312

2014							
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(186.835)	-	-	(10.302)	-	508.089
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.275.217)	-	-	(191.333)	-	1.059.111
	3.230.887	(1.462.052)	-	-	(201.635)	-	1.567.200
<i>Equipamento</i>							
- Mobiliário e material	409.812	(315.533)	5.611	-	(27.661)	-	72.229
- Máquinas e ferramentas	73.911	(51.655)	10.958	-	(6.694)	-	26.520
- Equipamento informático	724.243	(668.810)	16.873	-	(36.765)	-	35.541
- Instalações interiores	613.276	(377.633)	-	-	(62.976)	-	172.667
- Material de transporte	943.469	(789.212)	51.852	-	(126.014)	-	80.095
- Equipamento de segurança	23.759	(18.201)	-	-	(1.748)	-	3.810
	2.788.470	(2.221.044)	85.294	-	(261.858)	-	390.862
<i>Outros ativos tangíveis</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	6.060.721	(3.683.096)	85.294	-	(463.493)	-	1.999.426



13. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

2015						
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.936.712	(1.819.954)	13.205	5.006	(52.990)	81.978
Activos intangíveis em curso	9.181	-	20.645	(5.006)	-	2421
	1.945.893	(1.819.954)	33.850	-	(52.990)	106.799

2014						
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.837.180	(1.577.497)	99.533	-	(242.457)	116.759
Activos intangíveis em curso	10.507	-	2.988	(4.315)	-	9.180
	1.847.687	(1.577.497)	102.521	(4.315)	(242.457)	125.939

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde às participações detidas pelo Banco na Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A e na Saldanha Holdings Limited, nas quais detêm a totalidade do capital social.

Em Novembro de 2013 o Banco adquiriu 100% do capital social da sociedade Saldanha Holdings Limited, com sede em Malta, pelo montante de 1.500 Euros.

Nestas datas, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas entidades podem ser resumidos da seguinte forma:

	2015	2014
<i>Invest Gestão de Ativos</i>		
Activo líquido	2.038.005	1.923.887
Situação líquida	2.002.208	1.883.176
Resultado líquido	119.033	114.437
Total de proveitos	167.127	169.719
<i>Saldanha Holdings Limited</i>		
Activo líquido	174.503	20.860
Situação líquida	151.594	(28.046)
Resultado líquido	(40.037)	(30.676)
Total de proveitos	-	-

Em 2013, a Saldanha Holdings Limited adquiriu o papel comercial associado à operação de securitização Invest Finance. Em Março de 2014 o empréstimo foi reembolsado na sequência da liquidação da operação de securitização.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco recebeu dividendos da Saldanha Holdings Limited no montante de 7.000.000 Euros e 17.000.000 Euros, respectivamente (Nota 30).



15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	2015	2014
<i>Ativos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	11.703.914	9.659.910
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(1.245.429)	(2.905.948)
	10.458.485	6.753.962
<i>Ativos / (Passivos) por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(1.025.581)	(2.225.131)
- Derrama	(73.256)	(145.117)
- Derrama Estadual	(101.512)	(353.958)
- Tributação autónoma	(42.283)	(70.268)
- Pagamentos por conta	1.960.022	209.994
- Pagamentos adicionais por conta	271.995	-
- Retenções na fonte	82.071	68.408
Imposto sobre o rendimento a receber/(pagar)	1.071.457	(2.516.072)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e as Provisões.

No âmbito do artigo 28.º-C do Código de IRC e, relativamente ao exercício de 2015, do Decreto-Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de dezembro, não são aceites como custo fiscal do exercício (i) as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis, e (ii) as provisões para riscos gerais de crédito. De acordo com o n.º 2 do artigo 28.º-A do Código do IRC, deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para risco país.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					
	Saldo em 31-12-2014	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2015
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Provisões para riscos gerais de crédito	380.031	46.534	135.705	-	-	562.271
- Provisões para crédito vencido	8.184.372	1.002.168	271.300	-	-	9.457.840
- Imparidade para títulos	847.797	103.812	215.294	-	-	1.166.903
- Imparidade de imóveis recuperados	247.711	30.332	238.858	-	-	516.901
	9.659.910	1.182.846	861.158	-	-	11.703.914
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Activos disponíveis para venda	(2.905.948)	-	-	(355.830)	2.016.349	(1.245.429)
	6.753.962	1.182.846	861.158	(355.830)	2.016.349	10.458.485



2014						
	Saldo em 31-12-2013	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2014
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Provisões para riscos gerais de crédito	577.736	(87.205)	(110.499)	-	-	380.031
- Provisões para crédito vencido	7.874.729	(1.188.638)	1.498.281	-	-	8.184.372
- Imparidade para títulos	1.502.189	(226.746)	(427.647)	-	-	847.796
- Imparidade de imóveis recuperados	-	-	247.711	-	-	247.711
	9.954.654	(1.502.589)	1.207.845	-	-	9.659.910
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Ativos disponíveis para venda	(808.003)	-	-	121.963	(2.219.908)	(2.905.948)
	9.146.651	(1.502.589)	1.207.845	121.963	(2.219.908)	6.753.961

No exercício de 2014, o Banco aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos. O regime, aprovado pela Lei nº 61/2014, de 26 de agosto, abrange os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos nº 1 e 2 do artigo 28-A do CIRC e respectivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, sendo o mesmo aplicável às realidades desta natureza contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015, bem como aos activos por impostos diferidos que se encontrem registados nas contas anuais a 31 de Dezembro de 2014.

Os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido negativo do período nas suas contas anuais, depois de aprovadas pelos órgãos sociais, nos termos da legislação aplicável, ou em caso de liquidação por dissolução voluntária, de insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, de revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado), aplicado ao saldo elegível dos activos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos activos por impostos diferidos em crédito tributário é efectuada pelo seu valor total.

Na conversão do crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito majorado em 10% conjuntamente com a emissão de valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado.

Complementarmente aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas após a entrada em vigor do regime (1 de Janeiro de 2015), este abrange igualmente os activos por impostos diferidos elegíveis que se encontravam registados patrimonialmente em 31 de Dezembro de 2014.

No que respeita aos activos por impostos diferidos que não tenham sido ainda convertidos em crédito tributário, a sua dedutibilidade futura passa a estar limitada, em cada exercício, ao valor do lucro tributável calculado antes da dedução inerente a esses gastos e variações patrimoniais negativas, isto é, a dedução que se opera por se encontrarem verificadas as condições para a dedutibilidade fiscal desses gastos e variações patrimoniais negativas não se verifica se da mesma resultar o apuramento de prejuízo fiscal ou verifica-se até à parte que determine o apuramento de um resultado fiscal nulo.

Tendo sido apurado um resultado líquido do período positivo no exercício de 2015, não se verificou, no presente exercício, qualquer conversão dos activos elegíveis em crédito tributário.



Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2015	2014
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	1.242.632	2.858.112
Correcções de exercícios anteriores	(166.978)	-
	1.075.654	2.858.112
<i>Impostos diferidos</i>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(2.044.004)	294.744
Total de impostos reconhecidos em resultados	(968.350)	3.152.856
Resultados antes de impostos	6.768.013	20.542.506
Carga fiscal	(14,31%)	15,35%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		6.768.013		20.542.506
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	1.522.803	24,50%	5.032.914
Derrama Estadual	1,50%	101.512	1,72%	353.958
		1.624.315		5.386.872
Provisões não aceites fiscalmente	2,47%	166.978	0,09%	19.309
Efeito de alteração de taxa de imposto	(17,48%)	(1.182.846)	7,31%	1.502.589
Custos não aceites fiscalmente:				
Reintegrações	0,05%	3.365	0,02%	4.360
Benefícios fiscais	(0,07%)	(4.515)	(0,02%)	(4.561)
Mais e menos valias	(0,15%)	(9.825)	0,39%	79.794
Tributação autónoma	0,62%	42.283	0,34%	70.268
Derrama sobre prejuízos fiscais	0,00%	-	0,53%	108.940
Contribuição sobre o sector bancário	1,00%	67.772	0,19%	39.668
Dividendos	(23,27%)	(1.575.000)	(20,28%)	(4.165.000)
Outros	(1,49%)	(100.876)	0,54%	110.617
	(14,31%)	(968.350)	15,35%	3.152.856

16. OUTROS ACTIVOS



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	554.536	367.737
Aplicações diversas	38.100	38.100
	592.636	405.837
<i>Outros devedores diversos</i>		
Outros devedores diversos	43.167	62.327
<i>Outros activos</i>		
Ouro e outros metais preciosos	290.031	377.410
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	357.771	341.566
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Rendas	61.886	56.086
Outras	143.029	154.000
	204.915	210.086
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	2.176.516	979.530
Operações fora de bolsa a liquidar	2.445.388	2.323.120
Outras	734.400	527.715
	5.356.304	3.830.365
	6.844.824	5.227.591

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos do Banco de Portugal	141.000.000	215.000.000
Juros a pagar	6.232	1.704.549
	141.006.232	216.704.549

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	101.000.000	215.000.000
De um ano a cinco anos	40.000.000	-
	141.000.000	215.000.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 25).

18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Swaps de taxa de juro	53.354	2.769
Opções	253.108	476.184
	306.462	478.953

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos a prazo e outros recursos:		
- Instituições de crédito no país	1.486.255	2.468.198
- Instituições de crédito no estrangeiro	-	2.456
	1.486.255	2.470.654

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os recursos de outras instituições de crédito têm vencimento no primeiro trimestre de 2016 e 2015, respectivamente.



20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>À vista:</i>		
- Depósitos à ordem	68.349.247	55.733.362
<i>A prazo:</i>		
- Depósitos a prazo	248.867.533	222.677.379
- Depósitos estruturados	29.331.637	16.465.398
	278.199.170	239.142.777
	346.548.417	294.876.139
<i>Encargos a pagar:</i>		
- Juros de recursos de clientes	3.526.001	3.258.136
	350.074.418	298.134.275

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	83.768.277	65.525.552
De três meses a um ano	172.325.167	121.430.132
De um a cinco anos	22.105.726	52.187.093
	278.199.170	239.142.777

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos de dívida - Clientes	444.998	5.008.644
Juros a pagar	4.941	69.026
	449.939	5.077.670

22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde ao passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito das operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco. Conforme instruções do Banco de Portugal, estes montantes encontram-se deduzidos das provisões constituídas para os créditos subjacentes às operações de securitização (Nota 9).



23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015				
	Saldos em 31-12-2014	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2015
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em títulos:</i>					
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 9)	4.492.697	2.613.289	-	-	7.105.986
- Crédito e juros vencidos (Nota 9)	34.534.908	(583.550)	-	-	33.951.358
- Créditos titularizados (Nota 9)	141.473	52.785	-	-	194.258
	39.169.078	2.082.524	-	-	41.251.602
<i>Provisões:</i>					
- Riscos gerais de crédito (Nota 9):					
- Crédito concedido	1.444.104	(185.292)	-	-	1.258.812
- Crédito por assinatura	39.853	110	-	-	39.963
- Crédito a clientes - títulos de dívida	205.070	791.135	-	-	996.205
- Outros riscos e encargos	500.000	-	-	-	500.000
	2.189.027	605.953	-	-	2.794.981
<i>Provisões para activos adquiridos no âmbito da titularização</i>					
- Provisão de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	582.362	-	-	112.539	694.901
- Outras provisões de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	1.470.360	-	-	(307.084)	1.163.276
	2.052.722	-	-	(194.545)	1.858.177
<i>Imparidade e provisões para outros activos financeiros:</i>					
- Provisões para risco-país (Nota 6)	39.681	11.369	-	-	51.050
- Provisões para outros créditos e valores a receber (Nota 9)	789.780	(231.149)	(329.741)	-	228.890
- Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	4.329.461	1.943.022	(1.000.000)	325.750	5.598.233
- Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	-	2.230.831	-	-	2.230.831
	5.158.922	3.954.072	(1.329.741)	325.750	8.109.003
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	8.860.814	650.908	(486.575)	-	9.025.147
- Outros activos	-	245.943	(245.943)	-	-
	8.860.814	896.851	(732.518)	-	9.025.147
	57.430.563	7.539.400	(2.062.259)	131.205	63.038.910



2014					
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2014
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em títulos:</i>					
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 9)	2.659.971	1.832.726	-	-	4.492.697
- Crédito e juros vencidos (Nota 9)	29.198.839	5.336.069	-	-	34.534.908
- Créditos titularizados (Nota 9)	596.150	(454.677)	-	-	141.473
	32.454.960	6.714.118	-	-	39.169.078
<i>Provisões:</i>					
- Riscos gerais de crédito (Nota 9):					
- Crédito concedido	2.088.540	(644.436)	-	-	1.444.104
- Crédito por assinatura	35.396	4.457	-	-	39.853
- Crédito a clientes - títulos de dívida	56.199	148.871	-	-	205.070
- Outros riscos e encargos	500.000	-	-	-	500.000
	2.680.135	(491.108)	-	-	2.189.027
<i>Provisões para ativos adquiridos no âmbito da titularização</i>					
- Provisões para outros ativos (Notas 9 e 16)	1.546.650	-		(1.546.650)	-
- Provisão de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	749.567	-	-	(167.205)	582.362
- Outras provisões de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	3.463.950	957.083	(2.950.673)	-	1.470.359
	5.760.167	957.083	(2.950.673)	(1.713.855)	2.052.722
<i>Imparidade e provisões para outros ativos financeiros:</i>					
- Provisões para risco-país (Notas 6 e 9)	71.550	(31.869)	-	-	39.681
- Provisões para outros créditos e valores a receber (Nota 9)	1.715.120	(77.841)	(847.499)	-	789.780
- Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	3.564.877	1.247.200	(486.996)	4.380	4.329.461
	5.351.547	1.137.490	(1.334.495)	4.380	5.158.922
<i>Imparidade de outros ativos:</i>					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	7.722.768	1.138.046	-	-	8.860.814
	53.969.577	9.455.630	(4.285.168)	(1.709.475)	57.430.563

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as transferências correspondem à constituição de provisão para os activos associados aos veículos de securitização cuja contrapartida é uma dedução ao correspondente passivo (Nota 9).



24. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	129.492	250.033
Sector Público Administrativo		
- Retenção de impostos na fonte	448.110	410.534
- IVA a pagar	162.784	237.941
- Contribuições para a Segurança Social	109.787	100.443
Cobranças por conta de terceiros	3.267	(20.182)
Credores diversos		
- Outros credores	7.826.130	8.742.856
	8.679.570	9.721.625
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
- Férias e subsídio de férias	646.540	553.603
Por gastos gerais administrativos	46.290	202.391
Outros	90.000	98.082
	782.830	854.076
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	1.020.094	6.019.207
Operações de bolsa a liquidar	2.429.108	2.323.096
Outras operações a regularizar	593.016	739.009
	4.042.218	9.081.312
	13.504.618	19.657.013

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "Credores diversos" inclui 7.370.994 Euros e 7.943.246 Euros, respectivamente, a pagar ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo, correspondentes a (i) responsabilidades do Banco decorrentes de créditos e outros encargos vencidos e (ii) receitas provenientes dos créditos cedidos, já recebidas pelo Banco e ainda não entregues a esta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Operações de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

25. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.996.545	3.985.295
Activos dados em garantia	208.562.483	254.660.000
	212.559.028	258.645.295
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
- Depósito e Guarda de Valores		
Clientes	171.178.605	129.795.604
Fundos	12.766.392	29.546.019
- Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	1.555.050	1.683.528
Crédito hipotecário	4.775.696	5.520.048
Leasing imobiliário	9.499.297	12.774.671
- Outros valores		
Gestão de carteiras	4.638.439	3.375.242
	204.413.479	182.695.112
	416.972.507	441.340.407

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

Fundo de Resolução

BES / Novo Banco

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900 milhões de Euros a realizar pelo Fundo de Resolução nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução apenas detinha recursos próprios de aproximadamente 377 milhões de Euros, a subscrição de capital foi efectuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900 milhões de Euros do Estado Português; e
- 700 milhões de Euros de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Em 15 de Setembro de 2015 o Banco de Portugal anunciou a interrupção do processo de venda da participação do Fundo de Resolução do Novo Banco, sem aceitar qualquer das propostas recebidas.

Em 29 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal aprovou um conjunto de decisões que completaram a medida de resolução aplicada ao BES, incluindo a retransmissão para o BES da responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais, com valor nominal de 1.941 milhões de Euros. Foi ainda clarificado que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

Em Janeiro de 2016, o Banco de Portugal anunciou a decisão de retomar o processo de venda, que se encontra em curso.



O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 19 de Dezembro de 2015, aplicar ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) uma medida de resolução, no âmbito da qual foi transferida para o Banco Santander Totta a generalidade da actividade do Banif e a maior parte dos seus activos e passivos, com excepção de activos problemáticos que foram transferidos para um veículo de gestão de ativos. No Banif permanecerá um conjunto muito restrito de activos, que será alvo de futura liquidação, bem como as posições accionistas, dos créditos subordinados e de partes relacionadas. Nos termos desta decisão, os acertos associados à opção de delimitação do perímetro acordada entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, envolvem um apoio público estimado de 2.255 milhões de Euros que visam cobrir contingências futuras, dos quais 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros directamente pelo Estado Português.

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efectuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, o Banco não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade se na sequência destes processos irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do Banco, uma vez que eventuais custos a suportar dependem da conclusão dos referidos processos e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

De acordo com as informações disponíveis a esta data: (i) não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota, e (ii) prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em actividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

26. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	2015			2014		
	Número de acções	Montante	%	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.412.008	47.060.040	79,09%	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	87.992	439.960	0,74%	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

No exercício de 2015, o accionista minoritário do Banco alienou 16.008 acções de valor nominal de 80.040 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,26%.



27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	5.083.383	12.915.323
- Reservas por impostos diferidos e correntes		
De activos financeiros disponíveis para venda	(1.245.429)	(2.905.948)
	3.837.954	10.009.375
Reserva legal	3.479.128	1.740.163
Reserva livre	7.712.237	8.552.237
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	(5.588.539)	(21.239.224)
	6.177.046	(10.372.604)
Resultado do exercício	7.736.363	17.389.650
	17.751.363	17.026.421

Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2014 as reservas de justo valor incluem cerca de 2.806 Euros de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Notas 7 e 42). Este montante foi reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva livre

Por deliberação da Assembleia Geral ocorrida no dia 31 de Março de 2015, o Banco distribuiu reservas livres no montante de 840.000 Euros ao accionista Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A., na qualidade de titular das acções preferenciais remíveis, montante este que corresponde a 7% do valor nominal das referidas acções.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de disponibilidades	1.502	5.465
Juros de aplicações em instituições de crédito	5.225	43.050
<i>Juros de crédito a clientes:</i>		
- Crédito interno	4.407.741	4.769.683
- Crédito ao exterior	21.391	187.572
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	2.490.140	613.712
Juros de crédito vencido	1.396.620	1.342.944
<i>Juros de activos financeiros detidos para negociação:</i>		
- Títulos	895.889	1.573.885
- Instrumentos derivados	272.108	572.740
<i>Juros de activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
- Títulos	4.173.732	6.203.529
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	618.521	1.274.054
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.949.291	3.520.906
Juros de devedores e outras aplicações	-	1.161.011
Outros juros e rendimentos similares	59.544	33.450
	18.291.705	21.302.001

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de recursos de bancos centrais	78.329	290.932
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- no país	162	8.907
- no estrangeiro	23.129	7.127
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	5.830.037	6.735.352
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	65.297	66.724
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	670.749	1.337.922
Outros juros e encargos similares	-	112.522
	6.667.703	8.559.486

O saldo da rubrica "Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização" corresponde aos juros entregues ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo e ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1, no âmbito das operações efectuadas pelo Banco (Nota 9).



30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de ações da participada Saldanha Holdings.

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias prestadas	52.407	48.714
Operações de crédito	22.279	21.628
<i>Por serviços prestados:</i>		
- Depósito e guarda de valores	849.003	900.047
- Administração de valores	197.585	133.757
- Cobrança de valores	97.961	81.933
- Comissão de gestão de créditos	92.600	182.127
- Montagem de operações	28.822	9.995
- Transferência de valores	20.474	14.414
- Outros serviços prestados	161.930	191.476
<i>Por operações realizadas por conta de terceiros:</i>		
- Comissões de corretagem	552.381	837.515
- Outras	50.797	56.060
	2.126.239	2.477.666

A rubrica “Comissão de gestão de créditos” corresponde à remuneração do Banco pela gestão dos créditos cedidos ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 FTC e ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1, nos termos dos contratos de gestão de créditos celebrados com aqueles fundos.

32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por operações de crédito	47.419	37.838
Por serviços bancários prestados por terceiros		
- Euroclear	164.787	134.861
- Comissões bancárias	45.558	16.991
- Encargos com futuros por conta de clientes	19.814	25.481
- Banco de Portugal	300	201
- Outros	-	11.418
Por operações realizadas por terceiros	132.556	187.468
Comissões de angariação de negócio	1.796	31.626
Outras comissões pagas	41.584	18.090
	453.814	463.974



33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	393.130	408.547
- Acções	149.351	(293.228)
Emitidos por não residentes		
- Obrigações	(174.715)	2.778.898
- Acções	(190.116)	(131.637)
- Outros instrumentos de capital	(123)	(3.558)
	177.527	2.759.022
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
- Swaps		
Divisas	(23.200)	-
Swaps de taxa de juro	149.988	(206.476)
- Futuros		
Sobre taxas de juro	217.164	(13.910)
Sobre cotações	(83.350)	(77.328)
Divisas	(23.916)	(264.435)
- Opções		
Sobre cotações	99.302	524.779
	335.988	(37.370)
	513.515	2.721.652

34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	-	1.200.367
- Outras obrigações	72.123	504.019
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	5.403.829	763.158
- Outras obrigações	1.612.533	2.574.541
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	(58.156)	320.391
- Outros instrumentos de capital	-	(5.346)
De não residentes		
- Acções	(330.761)	670.278
- Outros instrumentos de capital	-	(31.772)
	6.699.568	5.995.636



35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Perdas em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	(2.138.500)	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(735.704)	(735.235)
Ouro e metais preciosos	(184.809)	(212.978)
Outros	47.954	8.250
	(3.011.059)	(939.963)

37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
- Reembolso de despesas	120.385	141.526
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.835	5.545
- Outros	418.709	314.329
	544.929	461.400
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
- Contribuição especial sobre o Sector Bancário	301.210	161.911
- Outros impostos indirectos	156.011	215.342
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Contribuições para o Fundo de Resolução	182.666	44.667
- Quotizações e donativos	44.016	41.555
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e SII	11.780	45.173
- Outros encargos e gastos operacionais	97.906	85.327
	793.588	593.975
Outros resultados de exploração	(248.660)	(132.575)

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;



- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
- Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção correctiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adoptadas pelo Banco de Portugal.

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco registou uma contribuição periódica de 60.040 Euros e 44.667 Euros, respectivamente.

Nos termos do artigo 153.º-H, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Directiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, e artigo 20.º, do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de Outubro de 2014 ("Regulamento Delegado"), no ano de 2015 foi efectuada a primeira contribuição ex ante para o Fundo Único de Resolução (FUR) no montante de 122.626 Euros. Compete ao Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, proceder à determinação destas contribuições em proporção do perfil de risco das instituições participantes, com base nas informações fornecidas pelas mesmas e na metodologia definida no Regulamento Delegado.

38. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Salários e vencimentos</i>		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	717.081	717.703
- Empregados	3.613.713	3.387.275
	4.330.794	4.104.978
<i>Encargos sociais obrigatórios</i>		
- Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	937.235	844.014
- Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	23.243	27.373
	960.478	871.387
<i>Outros custos com pessoal:</i>		
- Outros	105.245	91.516
	5.396.517	5.067.881



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2015	2014
Administradores	7	7
Diretores e chefias	15	15
Quadros técnicos	104	100
Administrativos	5	5
	131	127

39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Com fornecimentos	231.185	233.943
Com serviços		
- Rendas e alugueres	659.868	630.795
- Comunicações	598.021	587.062
- Publicidade e edição de publicações	519.733	800.042
- Conservação e reparação	442.396	295.245
- Deslocações, estadas e representação	122.574	115.935
- Seguros	91.082	110.116
- Formação de pessoal	7.558	4.320
- Serviços especializados:		
Informática	362.872	332.613
Avenças e honorários	346.210	227.075
Consultoria e auditoria	266.839	237.260
Informações	114.443	122.065
Limpeza	44.932	48.353
Judiciais, contencioso e notariado	28.120	27.868
Outros serviços especializados	203.938	221.324
- Outros serviços de terceiros	201.168	195.935
	4.240.939	4.189.981

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Revisão Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 ascenderam a 103.500 Euros. Foram ainda facturados outros serviços no montante de 50.000 Euros.



40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades em que o Banco exerça, directa ou indirectamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional (Subsidiárias ou associadas) e entidades que exerçam influência significativa sobre a gestão do Banco, nomeadamente acionistas ou entidades por eles controladas e colaboradores pertencentes aos órgãos sociais:

Subsidiárias ou associadas:

- AR Finance 1, PLC;
- AR Finance 1 FTC;
- Fundo Tejo;
- Saldanha Holdings Limited;
- Invest Gestão de Activos;
- Invest Finance FTC; e
- Invest Finance BV;

Accionistas e entidades por estes controladas:

- Fundo Inspirar;
- Monvest, SGPS, S.A.;
- US Gestar;
- Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Alves Ribeiro, S.A.;
- Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.;
- Mundicenter, SGPS, S.A.;
- Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.;
- Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- SOTIF, SGPS, S.A.;
- VALRI, SGPS, S.A.;
- MS - Participações, SGPS, S.A.;
- LERIMO, SGPS, S.A.;

Órgãos sociais – membros do conselho de administração:

- Afonso Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente)
- António Miguel R. R. Branco Amaral (Vice-presidente)
- Francisco Manuel Ribeiro (Vogal)
- Luís Miguel Barradas Ferreira (Vogal)



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2015	2014
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>		
AR Finance 1, Plc	9.921.029	9.921.029
Provisão AR Finance 1, Plc	(1.858.177)	(4.696.313)
Fundo Tejo	5.738.544	5.457.768
Fundo Inspirar	5.233.000	5.233.000
<i>Crédito a clientes</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.070.267	2.060.396
Provisão Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	(2.070.267)	(2.060.396)
AR Finance 1 FTC	15.830.043	19.978.247
Provisão AR Finance 1 FTC	(694.901)	(582.362)
Monvest, SGPS, S.A.	585.452	585.452
US Gestar	1.122.230	896.000
Alves Ribeiro SGPS, S.A.	9.927.755	10.382.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	-	3.200.000
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>		
Invest Gestão de Activos	250.000	250.000
Saldanha Holdings Limited	1.500	1.500
<i>Outros activos</i>		
AR Finance 1 FTC	2.275	2.459
<i>Recursos de clientes</i>		
SOTIF, SGPS, S.A.	1.780.829	1.747.118
VALRI, SGPS, S.A.	6.096.269	6.119.233
MS - Participações, SGPS, S.A.	565.783	850.000
LERIMO, SGPS, S.A.	140.000	200.000
Invest Gestão de Activos	2.024.311	1.910.389
Fundo Tejo	839.906	555.883
Fundo Inspirar	164.077	12.254
Saldanha Holdings Limited	164.029	19.361
Saldanha Finance Limited	10.320.143	17.528.142
Mundicenter, SGPS, S.A.	4.500.068	9.017.129
Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	-	1.505
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	-	40.577
US Gestar	2.523	4.585
Alves Ribeiro, S.A.	733	53.761
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	2.762	7.674
<i>Passivos financeiros associados a activos transferidos</i>		
AR Finance 1 FTC	15.830.043	19.978.247
Dedução de provisões do crédito securitizado	(694.901)	(582.362)
<i>Outros passivos</i>		
AR Finance 1 FTC	7.370.994	7.943.246



Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2015 e 2014, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2015	2014
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	7.114	31.651
AR Finance 1, Plc	741.513	927.033
Monvest - SGPS, SA	13.078	14.211
US Gestar	10.332	10.632
Fundo Tejo	3.062	3.062
Saldanha Holdings Limited	-	174.181
Alves Ribeiro, SA	117.994	117.994
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	185.145	185.145
<i>Juros e encargos similares</i>		
Invest Gestão de Activos	1.419	21.881
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	202.502	175.112
Fundo Tejo	3.493	2.420
Saldanha Finance Limited	-	162.650
AR Finance 1 FTC	670.749	898.246
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	835	835
AR Finance 1 FTC	92.600	111.091
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Invest Gestão de Activos	9.000	9.000
Alrisa	273.916	272.323

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2015 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 509.000 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2015, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;



- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi o seguinte:

Presidente – Afonso Ribeiro Pereira de Sousa	258.000
Vice-Presidente – António Miguel R. R. Branco Amaral	192.350
Vogal – Francisco Manuel Ribeiro	138.592
Vogal – Luís Miguel Barradas Ferreira	122.951

41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.



Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

2015			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Ativos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	3.478.016	-	3.478.016
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	37.328.247	(51.050)	37.277.197
- Instrumentos financeiros derivados	1.912.368	-	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	157.082.805	(5.496.176)	151.586.629
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	400.180
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	168.978.744	(42.316.157)	126.662.587
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	110.347.488	(1.225.095)	109.122.393
Investimentos detidos até à maturidade	102.346.120	(2.230.831)	100.115.289
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	635.803	-	635.803
	585.792.058	(51.319.308)	534.472.750
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.996.545	-	3.996.545
	589.788.603	(51.319.308)	538.469.295
2014			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Ativos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.824.051	-	1.824.051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.896.770	-	4.896.770
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	52.375.159	(39.681)	52.335.478
- Instrumentos financeiros derivados	2.400.911	-	2.400.911
Activos financeiros disponíveis para venda	267.242.104	(5.070.011)	262.172.093
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	3.400.352
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	185.613.866	(40.471.710)	145.142.156
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	32.474.824	(994.851)	31.479.973
Investimentos detidos até à maturidade	77.280.239	-	77.280.239
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	468.164	-	468.164
	627.976.440	(46.576.253)	581.400.187
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.985.295	-	3.985.295
	631.961.735	(46.576.253)	585.385.482



A carteira de crédito do Banco, como resulta da informação contida nas Notas precedentes, revela dois grandes grupos homogêneos:

- Um, mais significativo, constituído por operações de financiamento imobiliário à aquisição ou auto-construção, dirigidas ao universo empresarial, com maturidades de longo prazo e tendo como colateral a propriedade jurídica (nas operações de locação financeira imobiliária) ou a hipoteca em primeiro grau (no caso dos mútuos hipotecários) dos imóveis financiados;
- Outro, menos relevante, formado por operações de financiamento em contas margem, com penhor de carteiras de valores mobiliários, cotação em mercado oficial e liquidez e, ainda, operações de muito curto prazo, com penhor de metais preciosos.

Este segundo grupo de créditos, pela sua natureza de curto e muito curto prazo, tem uma excelente rotação, permitindo uma rápida revitalização da carteira. A política de monitorização de risco rigorosa e de elegibilidade de colaterais, muito prudente, condicionada à existência de mercado regulado e com fluidez, conduzem a níveis de exposição ao risco bastante reduzidos.

Outro tanto já não se pode, em rigor, concluir em relação ao crédito de natureza imobiliária que, pela sua maturidade de longo prazo, conduz a uma carteira matizada por operações com origem em diferentes períodos de tempo e, por isso, diferentes graus de exposição ao risco.

Assim e se é certo que a política de concessão de novo crédito se adaptou aos sucessivos cenários do enquadramento económico, estando em linha com as políticas prudenciais mais exigentes, em relação à carteira já em curso, o principal desafio colocado ao Banco foi a implementação de meios eficazes de gestão da carteira, nas componentes de monitorização, gestão e avaliação do risco.

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

1. Sobre a política de gestão de risco

Com uma Equipa experiente e com políticas consolidadas em mais de 17 anos de operação, o Banco dispõe de uma bateria de meios que lhe permitem:

- A monitorização, em tempo real, dos sinais de imparidade ou de risco;
- O controlo diário, de situações de incumprimento (total ou parcial) das obrigações contratuais, sejam de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza;
- O ajustamento automático da notação de risco interna;
- A edição automática de alertas dirigidos aos Gestores de Clientes e Direcções de Crédito, de Recuperação e Jurídica;
- A emissão e expedição de notificações relativas a incumprimento, com explicitação da sua origem, data de vencimento, encargos devidos, meios de regularização e consequências do incumprimento, aos Titulares e seus Garantes;
- O registo histórico de todos os eventos, diligências realizadas e seus resultados.

Na gestão do risco de crédito o Banco atende, de acordo com Manual de Procedimentos em vigor:

- à monitorização permanente dos maiores riscos, em termos de valor;
- ao acompanhamento do risco de concentração sectorial, agindo dentro da salvaguarda dos seus legítimos direitos e da integridade das garantias do crédito, no respeito da legislação aplicável, e na procura de caminhos que privilegiem – sempre que possíveis – soluções negociais e de âmbito extra-judicial.

A aplicação prática de legislações específicas orientadas para a protecção dos Clientes bancários em situação económica difícil, do regime PARI ou PERSI, sempre e quando aplicável, integra os procedimentos regulares do Banco.

2. Política de write-off de créditos:

Na consideração do risco de perda por incumprimento, o Banco respeita integralmente a política de Provisionamento instituída pelo Aviso 3/95 e, no reconhecimento de Imparidades, as orientações da carta-circular 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.



Contudo, o Banco não entendeu, ainda, implementar uma política de write-off do crédito em risco, mantendo o seu registo contabilístico, prosseguindo o ritmo de provisionamento e reconhecimento de imparidades, até que as iniciativas judiciais de recuperação dos valores em dívida, sobre os Titulares e sobre os Garantes, se possam dar por extintas, com certificação judicial da situação.

Desta forma, realça-se que o valor da carteira, o volume das provisões e das imparidades reconhecidas, não têm sido alvo de erosão por prática regular de *write-offs*.

3. *Política de reversão de imparidades:*

A reversão de imparidades já reconhecidas sobre a carteira de crédito só ocorre, em situações específicas e fundamentadas de redução do risco potencial de perda, nomeadamente:

- No pagamento total ou parcial dos valores em risco;
- No reforço dos colaterais do crédito;
- Na alteração justificada dos parâmetros de cálculo da imparidade:
 - i) redução da Probabilidade de *Default*, redução da Perda Esperada, no caso de cálculo de imparidade de forma colectiva;
 - ii) aumento do valor de mercado dos colaterais, redução dos custos efectivos de manutenção e/ou realização dos colaterais, redução das taxas de mercado aplicadas na actualização do provável valor de realização dos colaterais, no caso de cálculo de imparidades por análise individual.

4. *Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:*

As medidas de reestruturação de crédito são definidas numa base casuística, em função da análise do risco em presença. Suportam-se em dossier de crédito específico a submeter a despacho nos termos de Manual em vigor.

Podem englobar: i) aumento do prazo de reembolso; ii) concessão de um período de carência de capital; iii) diferimento do reembolso de parte do valor financiado para o final do prazo ou, ainda, a iv) capitalização do valor vencido.

Sempre que possível o Banco procura obter reforço das garantias do crédito e/ou o pagamento dos juros vencidos.

O crédito reestruturado é marcado e monitorizado nos termos definidos pelo Banco de Portugal e, resultando de dificuldades do Devedor, as correspondentes imparidades de crédito passam a ser calculadas por análise individual.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:

2015					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	11.869.597	-	-	5.038.642	16.908.239
Crédito Imobiliário	31.193.031	1.060.123	1.076.612	24.908.682	58.238.449
Crédito Mútuo	8.104.382	1.184	33.466	5.984.637	14.123.670
Leasing Imobiliário	51.798.559	2.733.733	1.425.310	11.996.143	67.953.745
Leasing Mobiliário	488.201	106.432	-	-	594.632
Outros Créditos	2.241.032	1.284.426	999.371	3.313.164	7.837.994
Descobertos em D.O.	3.045.600	-	-	-	3.045.600
	108.740.402	5.185.898	3.534.760	51.241.269	168.702.330

2014					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	17.943.081	-	-	2.985.477	20.928.558
Crédito Imobiliário	30.560.666	2.162.403	843.454	30.203.787	63.770.310
Crédito Mútuo	8.290.574	857.060	74.942	6.552.133	15.774.709
Leasing Imobiliário	53.724.275	4.545.363	2.451.232	14.053.812	74.774.682
Leasing Mobiliário	525.453	-	116.706	-	642.159
Outros Créditos	1.418.080	1.217.818	1.031.112	2.737.253	6.404.263
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	-	-	2.862.874
	115.325.003	8.782.644	4.517.446	56.532.462	185.157.555

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel;
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.
- Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.
- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



Há uma prática bem definida de reavaliação regular – por critérios objectivos e independentes – dos colaterais associados a operações de crédito com registo de incumprimento, ou recuperados em regularização de crédito próprio, de forma a garantir que os registos do Banco reflectem, em cada momento, o potencial de realização que lhes está associado.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (*rating*) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

2015											
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	3.939.944	12.218.424	16.652.027	4.166.246	90.041	-	-	-	210.517	37.277.197
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.025.854	27.079.524	76.618.300	14.634.517	3.323.536	-	-	-	23.904.897	151.586.628
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	56.541.530	22.606.907	10.644.058	-	-	-	-	100.115.289
Outros créditos e valores titulados	-	599.982	7.244.248	2.440.522	10.542.971	-	-	-	262	88.294.409	109.122.393
	-	10.565.780	56.864.989	152.252.379	51.950.641	14.057.635	-	-	262	112.409.823	398.101.507

2014											
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	16.798.282	19.222.912	1.293.073	-	-	-	-	15.060.892	52.375.159
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.447.672	54.384.791	143.716.717	41.170.447	2.452.441	1.007.190	-	-	12.992.835	262.172.093
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.684	-	15.480.118	43.256.659	15.976.778	-	-	-	-	-	77.280.239
Outros créditos e valores titulados	-	-	3.458.723	-	400.651	-	-	-	11.528	27.609.072	31.479.973
	2.566.684	6.447.672	90.121.914	206.196.288	58.840.948	2.452.441	1.007.190	-	11.528	55.662.800	423.307.464

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:



	2015				2014			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Portugal	9.604.071	15.138.397	123.910.934	148.653.402	13.025.987	15.052.789	62.728.463	90.807.240
Espanha	14.412.927	60.273.294	13.366.410	88.052.631	19.796.189	104.490.908	6.260.106	130.547.203
Holanda	3.987.776	-	43.234.657	47.222.433	1.505.056	-	42.198.682	43.703.738
Itália	14.200.827	5.226.706	5.184.170	24.611.703	12.521.111	72.781.803	4.173.807	89.476.721
Irlanda	8.062.852	10.322.793	688.604	19.074.249	15.078.178	10.322.968	2.869.684	28.270.831
E.U.A.	14.306.934	-	2.002.125	16.309.059	11.578.285	-	3.502.368	15.080.653
Grã-Bretanha	10.031.196	-	2.430.296	12.461.492	10.602.972	-	1.178.474	11.781.446
Canadá	8.993.297	-	-	8.993.297	-	-	-	-
Alemanha	6.011.797	-	1.085.734	7.097.531	4.741.931	-	-	4.741.931
Outros	12.581.265	2.516.560	10.527.885	25.625.710	4.572.672	1.037.336	3.287.693	8.897.701
	102.192.942	93.477.750	202.430.815	398.101.507	93.422.381	203.685.804	126.199.278	423.307.464

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêem regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2015								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	-	-	-	-	-	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação	-	938.023	307.545	27.801.288	10.142.703	5.480.048	-	44.669.608
Activos financeiros disponíveis para venda	-	157.500	7.456.024	85.228.179	58.744.926	13.615.775	-	165.202.404
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	-	400.180
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.600	9.949.307	10.804.851	12.864.313	95.362.880	36.675.379	276.414	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	39.888.835	6.304.986	46.973.049	16.951.728	-	-	110.118.598
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.922	70.160.574	-	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	597.703	-	635.803
	10.197.668	50.933.665	35.596.200	192.498.750	251.400.912	56.369.085	276.414	597.272.694
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	-	60.820	114.456	131.186	-	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.349.247	83.768.277	172.325.167	22.056.471	49.254	-	3.526.002	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	97.728	250.000	97.270	-	-	4.941	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	45.720	252.890	5.767.706	9.068.826	-	-	15.135.143
	69.835.502	184.972.545	212.942.513	28.052.633	9.118.081	-	3.537.174	508.458.449
Gap de liquidez	(59.637.834)	(134.038.881)	(177.346.313)	164.446.117	242.282.831	56.369.085	(3.260.760)	88.814.245

2014								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.896.770	-	-	-	-	-	-	4.896.770
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.523.919	2.222.471	31.863.008	8.166.672	4.208.171	-	58.984.241
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.764.540	104.794.200	49.202.255	99.411.098	13.516.872	-	275.688.965
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	-	3.400.352
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	7.997.309	8.684.997	20.756.935	108.776.248	36.079.192	456.311	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	1.009.253	25.818.323	4.857.467	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	430.064	-	468.164
	9.996.109	40.009.602	117.110.922	140.319.596	278.126.915	54.234.651	456.311	640.254.105
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	-	200.182	200.507	77.924	340	-	-	478.953
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.733.362	65.525.552	121.430.132	52.187.093	-	-	3.258.136	298.134.275
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.271.551	2.487.093	250.000	-	-	69.026	5.077.670
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	157.624	96.317	6.129.064	13.012.879	-	-	19.395.884
	58.204.016	283.154.910	124.214.049	58.644.081	13.013.219	-	5.031.711	542.261.986
Gap de liquidez	(48.207.907)	(243.145.308)	(7.103.127)	81.675.515	265.113.695	54.234.651	(4.575.400)	97.992.119

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *Gap* de Liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *Gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2015 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco, apresentando um incremento de 17% relativamente ao final de 2014.

A captação de depósitos durante o ano de 2014 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu “normalizar” o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O *Gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *Gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *Gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares e libras têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas:.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2015 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.643.971	760.004	429.524	448.788	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação	41.008.147	2.192.960	1.137.136	331.365	44.669.608
Activos financeiros disponíveis para venda	165.186.376	16.028	-	-	165.202.404
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	-	-	400.180
Crédito a clientes	278.884.870	212.472	-	-	279.097.342
Investimentos detidos até à maturidade	85.954.121	9.357.255	4.803.913	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	534.008	40.953	37.768	23.073	635.803
	577.481.453	12.579.672	6.408.342	803.226	597.272.693
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	141.006.232	-	-	-	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	305.755	707	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.366.807	119.448	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	339.730.917	10.231.347	111.392	762	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	449.939	-	-	-	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	15.135.143	-	-	-	15.135.143
	497.994.793	10.351.502	111.392	762	508.458.448
Exposição líquida (Posição Cambial)	79.486.660	2.228.170	6.296.950	802.464	88.814.244



	2014 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.257.413	1.769.373	687.690	182.293	4.896.770
Activos financeiros detidos para negociação	56.871.182	1.738.405	374.654	-	58.984.241
Activos financeiros disponíveis para venda	271.052.999	172.798	4.463.169	-	275.688.965
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	-	-	3.400.352
Crédito a clientes	217.060.439	238.471	-	-	217.298.910
Investimentos detidos até à maturidade	73.052.813	4.227.426	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	416.285	45.787	5.135	956	468.164
	626.347.949	8.192.260	5.530.649	183.249	640.254.107
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	216.704.549	-	-	-	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	471.466	7.487	-	-	478.953
Recursos de outras instituições de crédito	2.321.465	149.189	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	289.892.816	8.089.800	111.736	39.924	298.134.275
Responsabilidades representadas por títulos	5.077.670	-	-	-	5.077.670
Passivos financeiros associados a activos transferidos	19.395.884	-	-	-	19.395.884
	533.863.850	8.246.476	111.736	39.924	542.261.986
Exposição líquida (Posição Cambial)	92.484.099	(54.217)	5.418.912	143.326	97.992.121

O Banco considera que o impacto do aumento de 5% nas taxas de câmbio não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2015			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	391.764	-	3.478.016	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	586.969	-	2.695.318	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	5.480.048	20.223.411	17.053.781	42.757.241
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.912.368	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	13.615.775	112.694.165	38.892.464	165.202.404
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.180	400.180
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	168.978.744	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	54.353.918	55.764.680	110.118.598
Investimentos detidos até à maturidade	-	89.792.496	10.322.793	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	635.803	635.803
	20.074.556	277.063.991	300.134.148	597.272.695
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	141.006.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	306.462	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	22.105.725	327.968.692	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	449.939	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	15.135.143	15.135.143
	-	22.105.725	486.352.723	508.458.448
	20.074.556	254.958.266	(186.218.575)	88.814.246
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	120.301.408	120.301.408
- Opções	30.174.311	-	-	30.174.311
- Futuros	5.766.123	-	118.379.189	124.145.312
	35.940.434	-	238.680.597	274.621.031



2014				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	412.415	-	1.824.051	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.232.107	-	3.664.663	4.896.770
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	4.247.852	20.943.164	31.392.314	56.583.330
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.400.911	2.400.911
Activos financeiros disponíveis para venda	13.516.872	243.326.451	18.845.642	275.688.965
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.400.352	3.400.352
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	185.613.866	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	963.131	30.721.912	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	468.164	468.164
	19.409.246	342.512.985	278.331.875	640.254.106
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	216.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	478.953	478.953
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	57.318.762	240.815.513	298.134.275
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	5.077.670	5.077.670
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	19.395.884	19.395.884
	-	57.318.762	484.943.223	542.261.985
	19.409.246	285.194.223	(206.611.348)	97.992.121
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	25.153.620	25.153.620
- Opções	21.638.773	-	-	21.638.773
- Futuros	-	-	9.206.886	9.206.886
	21.638.773	-	34.360.506	55.999.279

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, incluindo os swaps cuja remuneração esteja indexada ao comportamento de determinados activos subjacentes (acções, índices bolsistas, entre outros).



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	-	-	-	-	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	5.480.048	17.163.268	50.517	10.949.532	9.113.876	-	42.757.241
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.030.972	236.148	645.248	-	-	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	13.615.775	31.842.490	7.207.474	53.791.739	58.744.926	-	165.202.404
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	400.180
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.600	109.424.836	19.556.515	-	-	36.951.793	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	52.014.021	43.503.655	10.226.243	4.374.679	-	110.118.598
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.922	70.160.574	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	597.703	635.803
	29.293.490	211.475.587	81.277.101	95.244.684	142.432.156	37.549.676	597.272.694
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	59.489	115.787	131.186	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.349.247	83.768.277	172.325.167	22.056.471	49.254	3.526.002	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	97.728	250.000	97.270	-	4.941	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	14.355.738	779.405	-	-	-	15.135.143
	69.835.502	199.281.232	213.470.359	22.284.927	49.254	3.537.175	508.458.448
	(40.542.012)	12.194.355	(132.193.258)	72.959.757	142.382.902	34.012.501	88.814.246
2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.896.770	-	-	-	-	-	4.896.770
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	4.247.852	29.231.027	2.293.733	13.563.481	7.247.237	-	56.583.330
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.622.854	127.160	650.897	-	-	2.400.911
Activos financeiros disponíveis para venda	13.516.872	13.494.944	116.847.038	36.628.581	95.201.530	-	275.688.965
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	3.400.352
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	123.761.896	22.453.594	-	-	36.535.503	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	22.474.136	9.210.907	-	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	430.064	468.164
	27.760.833	201.308.691	151.332.432	63.522.034	159.364.197	36.965.919	640.254.106
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	478.953	-	-	-	-	478.953
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.733.362	65.525.552	116.298.463	54.161.857	3.156.905	3.258.136	298.134.275
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.271.551	2.487.093	250.000	-	69.026	5.077.670
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	18.555.316	840.568	-	-	-	19.395.884
	58.204.016	301.831.372	119.626.124	54.411.857	3.156.905	5.031.711	542.261.985
	(30.443.184)	(100.522.682)	31.706.308	9.110.177	156.207.292	31.934.208	97.992.121

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.



Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “*cash-flows*”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 5.851.228 Euros (7.107.536 Euros em 31 de Dezembro de 2014).

De realçar que nesta análise não foram incluídas operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do Grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2015						
	Ativos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Ativo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	5.743.281	37.058.246	6.767	42.808.294	42.808.294
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.912.368	-	-	1.912.368	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	9.921.029	865.274	143.485.925	12.788.353	167.060.581	167.060.581
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	108.317.117	-	108.317.117	102.346.120
Créditos a clientes - títulos de dívida	39.524.463	-	70.281.264	2.551	109.808.278	110.347.487
	49.445.492	8.520.923	359.142.552	12.797.671	429.906.638	424.474.850
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	593.023	-	-	593.023	593.023
2014						
	Ativos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.734.094	4.239.210	38.641.064	8.643	56.623.011	56.620.011
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.400.911	-	-	2.400.911	2.400.911
Activos financeiros disponíveis para venda	9.921.029	1.191.443	254.040.640	12.588.575	277.741.687	277.741.687
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	89.844.123	-	89.844.123	77.280.239
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	31.891.351	11.528	31.902.879	32.474.824
	23.655.123	7.831.564	414.417.178	12.608.746	458.512.611	446.517.672
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	478.953	-	-	478.953	478.953

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em “Técnicas de valorização – Dados de mercado” (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em “Técnicas de valorização – Outros” (Nível 3). Adicionalmente, os activos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
 - Obrigações valorizadas através de *bids* indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;
 - Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora;
 - Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.



Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2015 caso se alterasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o justo valor dos activos financeiros não se alteraria, visto somente existir um título valorizado através de modelo interno na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

42. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

2015			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2015	Justo Valor em 31-12-2015
Activos financeiros disponíveis para venda	775.141	1.204.721	1.204.721
Crédito a clientes - títulos de dívida	610.969	612.159	367.546
	1.386.110	1.816.880	1.572.268
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.808	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2015	12.585.879	n.a.	n.a.
	182.752.165	1.816.880	1.572.268
2014			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2014	Justo Valor em 31-12-2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	2.046.690	2.046.690
Crédito a clientes - títulos de dívida	4.632.747	4.660.682	3.871.861
Investimentos detidos até a maturidade	7.498.662	7.723.834	7.769.442
	13.971.990	14.431.206	13.687.992
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
	182.752.165	14.431.206	13.687.992

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.



Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2015 e 2014, apresentam o seguinte detalhe:

2015					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(834.230)	(643.597)	198.371	173.751	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(44.267)	-	(44.267)	-	6.544
	(878.497)	(643.597)	154.104	173.751	105.780

2014					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	206.110	505.810	173.751	(325.490)	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(895.235)	(125.167)	(770.068)	-	50.007
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	(156.743)	-	200.000
	(689.126)	380.643	(753.060)	(325.490)	349.244

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 13,5% e 14,8% respectivamente.

6. Certificação Legal de Contas ✧



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Invest, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 603.254.840 euros e capitais próprios de 77.251.363 euros, incluindo um resultado líquido de 7.736.363 euros, as Demonstrações Individuais dos Resultados, dos Resultados e Outro Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão individual com as demonstrações financeiras individuais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Banco Invest, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfase

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual do Banco, as participações em filiais encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão individual é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício.

Lisboa, 9 de maio de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Acionistas do
Banco Invest, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Banco, os atos de gestão do Conselho de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de dezembro de 2015, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade do Banco no exercício de 2015.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, com data de 9 de maio de 2016, a qual inclui um ênfase e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.


Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2016


O Conselho Fiscal



Presidente



Vogal



Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa

Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto

Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

www.bancoinvest.pt